



INSTITUTO SUPERIOR
POLITÉCNICO DO PORTO



INSTITUTO
SUPERIOR
DE CONTABILIDADE
E ADMINISTRAÇÃO
DO PORTO

MESTRADO EM CONTABILIDADE E FINANÇAS

O IMPACTO CONTABILISTICO DA CONCENTRAÇÃO DE EMPRESAS. UM ESTUDO DE CASO.

Cláudia Susana Peixoto Reis

**Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Contabilidade e Finanças**

Orientadores:

Doutor José Manuel Veiga Pereira

Professor Adjunto da área científica de Contabilidade, Grupo de disciplinas de
Contabilidade Financeira

Doutora Deolinda Maria Moreira Aparício Meira

Professora Adjunta da área científica de Direito, Grupo de disciplinas de Direito
Comercial

Porto, 29 de Fevereiro de 2012

Resumo

Este trabalho pretende refletir sobre o impacto contabilístico da concentração de empresas, apresentando-se um estudo de caso para ilustrar essa mesma temática. Assim, debruçamo-nos sobre o conceito de concentração de empresas que resulta do Código das Sociedades Comerciais, para numa segunda etapa fazermos o devido enquadramento contabilístico daquele conceito.

O corpo central deste trabalho assenta num confronto entre o regime constante do novo Sistema de Normalização Contabilística e aquele que resultava do Plano Oficial de Contabilidade. Deste modo faz-se um estudo detalhado da Norma Contabilística de Relato Financeiro (NCRF) 14 – Concentrações de atividades empresariais.

Finalmente, apresenta-se um estudo de caso relativo a uma empresa que passou por uma fusão enunciando dados das empresas envolvidas antes da fusão e depois do processo de fusão. Neste contexto, elaboramos o balanço para o projecto de fusão tendo em conta o novo enquadramento contabilístico e legal.

Constatamos que não existe diferenças significativas do regime Sistema de Normalização Contabilística e o Plano Oficial de Contabilidade sobre esta problemática de concentração de empresas.

Palavras-chave: concentração de empresas, reestruturação empresarial, fusão, Plano Oficial de Contabilidade, POC, Sistema de Normalização Contabilística, SNC.

Abstract

This paper aims to reflect on the business concentration accounting impact, presenting a study to illustrate this theme. In a first step, we will focus on the concentration's concept that results of the companies' legal code for, in a second step, make the accounting framework of that concept.

We will make a confrontation between the new accounting standards system (SNC) and the previous accounting plan (POC), with a detailed study of the accounting standard for financial reporting (NCRF) 14 – business concentrations activities.

Finally, is supplemented with a study of a company that has gone through a merger. We will describe companies' information before the merger and after merger's process. In this context, we draw up a balance sheet for the merger's process taking into consideration the new legislation.

We note that, on this subject of concentration, there is no significant differences of accounting standards system (SNC) and the accounting plan (POC).

Keywords: concentrations, corporate restructuring, mergers, accounting plan, POC, accounting standards system, SNC.

Agradecimentos

Este trabalho é o culminar de uma etapa do ciclo de estudos, durante a qual vários professores, e de certa forma alguns colegas, contribuíram com os seus conhecimentos e incentivo para que este projeto se tornasse uma realidade. A todos eles agradeço.

Aos meus pais, agradeço todo apoio e sobretudo por acreditarem que seria capaz de levar este projeto a “bom porto”.

Agradeço, igualmente, à Senhora Doutora Ana Maria Bandeira, que me deu o primeiro “empurrão” e incentivo, fazendo-me acreditar que o esforço é sempre compensado.

Especial agradecimento merecem os meus orientadores, Senhor Doutor José Manuel Veiga Pereira e Senhora Doutora Deolinda Maria Moreira Aparício Meira, pelos conhecimentos transmitidos e disponibilidade para lerem e analisarem criticamente o que se ia escrevendo.

Finalmente, agradeço a atenção e disponibilidade que o Senhor Dr. Paulo Jorge Seabra dos Anjos teve para comigo, facultando-me os elementos indispensáveis no “estudo de caso”.

Abreviaturas

CE	Comunidade Europeia
CIRC	Código do Imposto sobre o Rendimento das pessoas Colectivas
CIVA	Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado
CRP	Constituição da República Portuguesa
CSC	Código das Sociedades Comerciais
DC	Directriz Contabilística
DL	Decreto-lei
DGAE	Director-geral das actividades económicas
EBF	Estatuto dos Benefícios Fiscais
F&A	Fusão e Aquisição
IAS	Norma Internacional de Contabilidade (<i>International Accounting Standards</i>)
IFRIC	Interpretações das Normas Internacionais de Relato Financeiro (<i>International Financial Reporting Interpretations Committee</i>)
IFRS	Norma Internacional de Relato Financeiro (<i>International Financial Reporting Standards</i>)
IES	Informação Empresarial Simplificada
IMT	Imposto municipal sobre as transacções onerosas de imóveis
IRC	Imposto sobre o Rendimento das pessoas Colectivas
IS	Imposto do selo
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
NCRF	Norma Contabilística de Relato Financeiro
NIC	Norma Internacional de Contabilidade
NIRF	Norma Internacional de Relato Financeiro
PIB	Produto Interno Bruto
POC	Plano Oficial de Contabilidade
p.	página
SIC	Interpretações das Normas Internacionais de Contabilidade (<i>Standing Interpretations Committee</i>)
SNC	Sistema de Normalização Contabilística

Índice

Introdução.....	9
CAPITULO I – ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL DA CONCENTRAÇÃO DE EMPRESAS.....	11
1.1. Nota preliminar	11
1.2. O fenómeno da concentração económica.....	12
1.2.1. Enquadramento.....	13
1.2.2. Motivações da concentração.....	14
1.2.3. Modalidades da concentração.....	16
1.2.3.1. Numa perspectiva económica.....	16
1.2.3.2. Numa perspectiva jurídica	18
1.3. A concentração empresarial e o direito da concorrência.....	22
1.3.1. A defesa da concorrência.....	23
1.3.1.1. Práticas proibidas e abusos de poder	24
1.4. Referência particular ao regime jurídico das fusões.....	24
CAPITULO II – O REGIME CONTABILÍSTICO DA CONCENTRAÇÃO DE EMPRESAS	28
2.1. Preliminar	28
2.2. A globalização dos mercados e a adoção das IFRS em Portugal	28
2.3. A NCRF 14 e a sua contabilização	30
2.3.1. As regras do POC versus SNC	30
2.3.2. A aplicação do método da compra	32
2.3.3. Imputação dos custos da concentração de atividades empresariais	33
2.3.4. Ativos e passivos identificáveis	34
2.3.5. A concentração de empresas e o goodwill	34
2.3.6. Reconhecimento de ativos por impostos diferidos após conclusão da contabilidade inicial.....	39
2.4. Aspetos fiscais.....	39
2.4.1. Imposto sobre os Rendimentos das pessoas Coletivas (CIRC).....	39
2.4.2. Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF)	41
2.4.3. Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA).....	42
CAPITULO III – O ESTUDO DE CASO	44
3.1. Preliminar	44
3.2. As empresas intervenientes no processo de fusão	44
3.2.1. Farmácia Irmã Maria Droste, Unipessoal, Lda	44
3.2.2. Boa Saúde, Lda	45

3.3.	Motivos e objetivos da fusão.....	45
3.3.1.	Motivos da fusão	45
3.3.2.	Objetivos da fusão	46
3.4.	O processo de fusão.....	47
3.4.1.	Motivos e objetivos do aumento de capital social e transformação de sociedade	50
3.4.2.	Informação contabilística e considerações pré-fusão	51
3.4.2.1.	Balanço individual da sociedade incorporante	52
3.4.2.2.	Balanço individual da sociedade incorporada	53
3.4.2.3.	Participações sociais entre as sociedades envolvidas	54
3.4.2.4.	Notas aos balanços pré-fusão apresentados	54
3.4.2.5.	Quotas a atribuir aos sócios e relações de troca das participações	54
3.4.2.6.	Critérios de avaliação a adotar	55
3.4.2.7.	Proteção dos direitos dos credores.....	55
3.4.2.8.	Data a partir da qual as operações da sociedade incorporada são consideradas, do ponto de vista contabilístico e fiscal, como efectuadas por conta da sociedade incorporante	56
3.4.2.9.	Atribuição da posição contratual da sociedade incorporada, decorrente dos contratos de trabalho celebrados com os seus trabalhadores e terceiros.....	56
3.4.2.10.	Consulta de documentos.....	57
3.4.2.11.	Balanço da Sociedade Boa Saúde, S. A.	57
3.4.2.12.	Considerações finais quanto ao estudo de caso	59
3.4.2.13.	Obrigações declarativas.....	60
	Conclusões.....	62
	Bibliografia.....	64

Índice de esquemas

Esquema 1:	Esquema simplificado da concentração económica: dependência/independência jurídica e económica.....	21
Esquema 2:	Diagrama de simplificação do processo de fusão.....	27
Esquema 3:	Resumo de diferenças entre os normativos POC/SNC.....	32
Esquema 4:	Enquadramento genérico das fusões conforme disposto na NCRF 14.....	37
Esquema 5:	Enquadramento genérico das fusões conforme disposto na DC 1.....	38
Esquema 6:	Diagrama comparativo do processo de fusão antes e depois da entrada em vigor do Decreto-lei n.º 185/2009, de 12/08...	49

Introdução

Este trabalho, subordinado ao tema “O impacto contabilístico da concentração de empresas. Um estudo de caso.”, pretende fazer um confronto entre o regime constante do novo Sistema de Normalização Contabilística (SNC)¹ e aquele que resultava do Plano Oficial de Contabilidade (POC).

A abordagem desta problemática implicará uma reflexão prévia sobre o conceito de concentração de empresas que resulta do Código das Sociedades Comerciais (CSC)², para depois se fazer o devido enquadramento contabilístico.

A elaboração deste trabalho visa cumprir os requisitos para a conclusão do Mestrado em Contabilidade e Finanças. Para além disso, subjacente à investigação que realizei procurei contribuir para um melhor conhecimento sobre esta matéria.

A temática da concentração de empresas apresenta grande atualidade dado o período em que vivemos, resultante sobretudo da crise financeira, das dificuldades económicas e da globalização dos mercados a nível mundial.

Esta crise tem levado muitas empresas a optarem por uma reestruturação profunda, lutando pela sua sobrevivência ou tão só pela procura de mais riqueza, expansão ou internacionalização.

Quanto à sistematização, o trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro explora os aspetos económicos e jurídicos que precedem uma reestruturação empresarial, os seus objetivos e motivações. Dar-se-á particular atenção ao tema da sobrevivência das organizações através de uma fusão.

O segundo, na decorrência do primeiro, abordará aspetos contabilísticos relativos a esta temática. Debruçar-nos-emos sobre a harmonização contabilística e a adopção das IFRS - *International Financial Reporting Standards* em Portugal, esmiuçando a Norma Contabilística de Relato Financeiro (NCRF) 14 – Concentrações de atividades

¹ O Decreto-lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, veio aprovar o Sistema de Normalização Contabilística e revogar o Plano Oficial de Contabilidade, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 47/77, de 7 de Fevereiro. Este diploma entrou em vigor no primeiro exercício que se inicie em ou após 1 de Janeiro de 2010.

² O Código das Sociedades Comerciais foi aprovado pelo Decreto-lei n.º 262/86, de 2 de Setembro, e republicado no Decreto-lei n.º 76-A/2006, de 29 de Março.

empresariais, a sua contabilização antes e depois da entrada do Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

Finaliza-se com um estudo de caso, de uma empresa que já passou por uma reestruturação deste género - uma fusão -, apresentando dados das empresas envolvidas antes da fusão e do processo de fusão. Procurar-se-á realçar os seus objectivos antes desse processo, perspectivas e metas a atingir, e averiguar se os objetivos inicialmente traçados foram efetivamente atingidos.

O trabalho termina com a enunciação das conclusões.

CAPITULO I – ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL DA CONCENTRAÇÃO DE EMPRESAS

1.1. Nota preliminar

Nas últimas décadas temos vindo a assistir a um aumento de atos de concentração empresarial, especialmente fusões e incorporações, ou seja, atos destinados a aumentar o poder económico das empresas que atuam num determinado mercado. É uma tendência natural para a expansão e crescimento e um processo evolutivo das empresas perante o modelo económico em que estão inseridas.

O fenómeno das concentrações empresariais surgiu por volta de 1889 no Canadá, a que se seguiram os EUA, com o aparecimento de grandes *trusts*³. Esta forma de concentração económica terá surgido como reação à proibição pela lei americana da existência de participações entre sociedades (Rodrigues, 2010).

Inicia-se, então, uma fase de surgimento de empresas gigantes, voltadas para diversos ramos de atividade. Esta fase vê-se reforçada nos anos 30, quando começam a aparecer sociedades multinacionais, presentes em diferentes mercados estrangeiros.

Nos anos 50, surge uma nova vaga de concentração empresarial mais complexa, devido a fatores económicos e sociais resultantes das condições macroeconómicas.

A concentração de empresas será hoje considerada a forma característica da organização económica moderna (Antunes, 2002). De facto, a crescente competitividade internacional, as preocupações de limitação e diversificação do risco do negócio, explicam a criação de grandes conglomerados.

A opção pela concentração empresarial pode apresentar vários objetivos, como por exemplo, a neutralização da concorrência entre os agentes económicos, a constituição de economias de escala e o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis, a recuperação económica de empresas deficitárias, o fortalecimento da cadeia produtiva de ambas ou de uma delas, o melhor acesso ao mercado distribuidor, os melhores preço das matérias-primas, entre outros (Vaz, 1998).

³ *Trusts* são acordos que conduzem à constituição de um grupo de empresas submetidas a uma única direção.

De facto, do processo de concentração resulta o incremento da dimensão da empresa, estando este processo normalmente associado à redução do número de entidades presentes no mercado. Acresce que, dado que implica uma convergência de esforços e de meios, permitirá às entidades envolvidas garantir a sua continuidade através do seu crescimento.

Contudo, em muitos casos, a concentração de empresas é sinónimo de concorrência agressiva, o que acaba por debilitar as empresas intervenientes, uma vez que as obriga a acordos, fusões, aquisições de participações sociais, unificação de interesses, entre outros (Barata, 2002).

Em suma, a concentração de empresas traduzir-se-á numa reestruturação empresarial, numa estratégia para manter ou reforçar vantagens competitivas - ao nível da estrutura de custos, da diferenciação de produtos, entre outros -, com vista à redução de riscos ou ao crescimento da empresa, ainda que possa representar eventualmente uma violação das regras da concorrência.

1.2. O fenómeno da concentração económica

Ao longo da vida das empresas – frequentemente associada ao ciclo biológico dos seres vivos, que comporta, como se sabe, as etapas do nascimento, crescimento, envelhecimento e morte – as administrações das sociedades procuram definir um rumo estratégico que estabeleça a posição do seu negócio, maximizando dessa forma as características que as distinguem (Porter, 1986). Dentro deste ciclo, as empresas vivem ora períodos de desenvolvimento, ora de recessão, próprios das crises de crescimento ou como resultado da luta pela sobrevivência. Estas crises potenciam reestruturações e conseqüentemente mudanças estratégicas e o início de novos ciclos. Quando as empresas sentem os períodos de crise, procuram melhorar os seus produtos e o seu processo produtivo, melhorar as tecnologias, ampliar a sua carteira de clientes, aumentar a sua quota de mercado, entre uma panóplia de estratégias que os administradores julgam mais adequadas à sua empresa.

Efetivamente, a dimensão das empresas foi desde sempre encarada como um fator importante na prossecução dos objetivos da competitividade e do sucesso. A dimensão é vista, em mercados globais, como um instrumento de sustentabilidade baseada na competitividade, rentabilidade e melhor acesso ao financiamento.

As escolhas estratégicas de crescimento ou de diversificação do risco apoiadas em ligações a outras empresas não é, todavia, um fenómeno recente. A sua permanente atualidade é sequência das alterações económicas que vêm surgindo na sociedade, da entrada e saída de empresas dos mercados, das relações com outros agentes económicos, nomeadamente com a banca, clientes, fornecedores e até com empresas concorrentes, com o Estado e frequente alteração da legislação fiscal.

1.2.1. *Enquadramento*

Na esteira do que defende Paulo Olavo Cunha⁴, há que salientar que, de entre as maiores movimentações que as sociedades podem sofrer em termos de reestrutura empresarial, são as alterações do tipo societário⁵ e as concentrações de sociedades, “através de um fenómeno conhecido por fusão” que assumem maior relevância (Cunha, P. O., 2006).

A fusão é normalmente associada à expansão económica por agregação de empresas. Contrariamente a este movimento de agregação, e no âmbito de reestruturação de um grupo empresarial, existe o movimento de cisão⁶.

Note-se, contudo, que nem a fusão ocorre necessariamente num contexto de crescimento e expansão, nem a cisão é sinónimo de recessão ou partilha (Cunha P. O., 2006).

Destaque-se que a fusão de sociedades comerciais se encontra juridicamente regulamentada no capítulo IX – Fusão de sociedades - do Código das Sociedades Comerciais (CSC)⁷, nos seus artigos 97º a 117º. A partir destas normas, construir-se-á uma noção de fusão e enunciar-se-ão as suas modalidades.

Refira-se que, todavia, o artigo 97º n.º 1 não define concretamente a fusão. Apresenta, no seu n.º 4, uma mera noção, concretizando-a com a indicação das duas modalidades possíveis.

⁴ Paulo Olavo Cunha, *Direito das sociedades comerciais*, p. 638-648

⁵ Como exemplo de alterações do tipo societário temos a transformação de uma sociedade por quotas em sociedade anónima, em que a sociedade mantém o seu objeto social mas adota um tipo de sociedade mais conveniente à prossecução dos seus fins. No estudo de caso apresentado no capítulo III deste trabalho, uma das empresas envolvidas no processo de concentração empresarial também optou pela alteração do tipo societário por esse motivo, ou seja, passou de uma sociedade por quotas para uma sociedade anónima, mais conveniente para o investimento que intentaram fazer.

⁶ Conforme disposto no artigo 118º, n.º 1 do CSC, cisão consiste na divisão do património de uma empresa em duas ou mais partes, que origina o aparecimento de empresas em igual número das partes divididas, e em substituição da empresa cindida.

⁷ O Código das Sociedades Comerciais foi aprovado através do Decreto-lei n.º 262/86, de 2 de Setembro e republicado no Decreto-lei n.º 76-A/2006, de 29 de Março no Diário da República n.º 63.

Assim, na decorrência do que propõem alguns autores, poderá definir-se a fusão como uma modalidade de reestruturação de empresas⁸, na qual se dá a união de duas ou mais sociedades, ainda que de tipo diverso, numa única estrutura societária, com transmissão global do património (Brandão, 2003).

Em todas as definições de fusão de sociedades, que os autores apresentam, será identificável um elemento comum: a junção, reunião, agregação das forças económicas de duas ou mais sociedades. Mas a essência de fusão de sociedades consistirá em juntar os elementos pessoais e patrimoniais de duas ou mais sociedades preexistentes, de tal modo que passa a existir uma só, conforme defende Raul Ventura⁹ (1999).

1.2.2. *Motivações da concentração*

Crescer, desenvolver-se e aperfeiçoar-se é objetivo não apenas dos seres humanos mas também das organizações que estes conceberam, mas que sozinhos dificilmente conseguiriam concretizar.

O crescimento interno de uma empresa é mais lento que o externo, que, para além de ser mais rápido, tem ainda as vantagens de não provocar acréscimos de competitividade, de dar lugar à criação de valor, de aumentar negócios e os benefícios subjacentes à baixa de custos em todos os setores (Barata, 2002).

Por outro lado, os empresários ao optarem pelo crescimento externo estão a conquistar quota de mercado e a tirar outras vantagens como, por exemplo, tirar partido da legislação em vigor, em menos tempo do que o necessário se optassem pelo crescimento interno.

Acresce Alberto da Silva Barata¹⁰, que a expansão externa supera a interna, «pois permite, para além de um crescimento rápido e sem acréscimo de competitividade, tirar partido das sinergias entre as empresas do grupo envolvendo as respetivas culturas e experiências de gestão para reduzir o risco, ter acesso a novos fornecedores, clientes, canais de distribuição e mercados, com a correspondente redução de custos subjacentes a maiores vendas e produção» (Barata, 2002).

⁸ Elísio Brandão, *Finanças*, p. 397-403

⁹ Raul Ventura, *Fusão, cisão, transformação de sociedades*, p. 14-17

¹⁰ Alberto da Silva Barata, *Concentração de empresas e consolidação de contas*, p. 30.

Refira-se que as empresas estão obrigadas a tomar decisões rápidas e eficientes, para ultrapassarem problemas que surgem praticamente todos os dias. Esta atividade diária e essencial, que ocupa diferentes níveis da estrutura organizacional de uma empresa, tanto do ponto de vista hierárquico como funcional, garante o seu regular funcionamento, dentro de padrões éticos, deontológicos e o com nível de qualidade exigido.

No entanto, a forte concorrência e a luta constante pela sobrevivência nos mercados globais exige uma gestão diária eficiente e a existência de uma gestão estratégica flexível que permita a constante adaptação ou antecipação às constantes mudanças do contexto empresarial.

Assim, as reorganizações de empresas surgem na sequência da necessidade ou vontade de pôr em prática uma estratégia que a organização deseja manter, ou reforçar vantagens competitivas sobre outras empresas que lhe são concorrentes, seja a nível de estrutura de custos ou da diferenciação de produtos (Brandão, 2003).

De facto, as reestruturações são um meio de concretizar um objetivo estratégico, claro definido previamente pelos gestores/acionistas da empresa. Esse objetivo estratégico pode passar pelo crescimento da empresa, pela obtenção de vantagens competitivas em produtos ou pela redução do risco.

Por outras palavras, as motivações que antecedem uma reestruturação têm a ver com a vontade ou intuito de obter vantagens concorrenciais resultantes de sinergias ao nível do marketing, da distribuição, das finanças, da produção, entre outros.

Neste contexto, Medina Carreira¹¹ afirma que são diversos os motivos por que ocorre o fenómeno da concentração das empresas. Refira-se, por exemplo, o caso de empresas sediadas em países altamente desenvolvidos que optam pela expansão internacional em países menos desenvolvidos, com mercados que permitem altas rendibilidades, onde encontram motivações políticas e legais para a criação de sociedades locais.

Já Alberto da Silva Barata, com uma visão mais economicista sobre este tema, diz que a concentração de empresas visa a convergência de esforços e meios para garantir o seu crescimento tendo em vista¹²:

- rendibilizar as economias resultantes dos recursos partilhados, humanos, materiais, financeiros e tecnológicos;

¹¹ Medina Carreira, *Concentração de empresas e grupos de sociedades*, p. 26

¹² Alberto da Silva Barata, *Concentração de empresas e consolidação de contas*, pp. 31.

- apostar na investigação, no desenvolvimento, e no aproveitamento dos resultados obtidos;
- maiores possibilidades de expansão externa, devido à solidez e credibilidade existente no mercado interno;
- a diminuição de riscos e maior capacidade de resposta às mutações do meio envolvente;
- reforçar a imagem das empresas envolvidas e do grupo económico no mercado de capitais.

Em muitos casos a concentração de empresas traduz-se na forma pela qual as empresas se associam para fazer concorrência às demais, de tal forma agressiva, por vezes desleal, que acaba por provocar a debilitação de si mesmas. Consequentemente, as empresas intervenientes vêem-se obrigadas a seguir por um acordo, fusão, aquisições de participações sociais – ou seja, concentração de empresas pela “via legal” – para conseguirem manter ou reforçar uma quota de mercado. Mas mesmo nesta situação a concentração está sujeita a restrições resultantes do quadro normativo que enquadra a concorrência, como veremos adiante.

1.2.3. Modalidades da concentração

1.2.3.1. Numa perspectiva económica

Numa visão meramente económica, pode falar-se de concentração horizontal e de concentração vertical.

A concentração horizontal consiste na junção de duas ou mais empresas do mesmo setor de atividade, de forma a fortalecer e controlar apenas uma etapa no processo produtivo.

Quando há concentração horizontal, há tendência para fortalecer o relacionamento com os fornecedores da empresa, facilitando o seu crédito e preço pelo aumento das encomendas, havendo aumento da dimensão comercial da empresa e atração de mão-de-obra mais qualificada.

Aponte-se como exemplo de este tipo de concentração os consórcios¹³, que não alteram a sua forma jurídica e mantêm a sua autonomia financeira.

A concentração vertical consiste na junção de duas ou mais empresas de diferentes setores de atividade, de forma a integrar várias etapas, ou a totalidade de um processo produtivo desde a extração de matérias-primas até à sua distribuição junto dos consumidores.

Esta modalidade de concentração tem como finalidade aumentar a segurança do escoamento da produção, controlar as fontes de matéria-prima, aumentar, ou pelo menos garantir, os lucros por meio de uma produção organizada e disciplinada, e também fortalecer a eficácia e eficiência das empresas.

Como exemplo, podemos citar o empresário têxtil que possui áreas de plantação de algodão, fábricas de fios, tecelagens para produção de tecidos e, finalmente, uma confecção de roupas.

Por regra, a concentração vertical não tem base contratual, diversamente da concentração horizontal, mas orgânica. Para além disso, pode adotar-se uma administração comum através de aquisição de participações sociais, o que implica a perda de autonomia económica, mantendo-se a forma jurídica das empresas concentradas.

Refira-se, igualmente, que existe um sem-número de formas e de graus de intensidade de concentração económica, que nem sempre passam pela alteração da estrutura ou perda de autonomia da entidade (Antunes, 2002).

Num sentido muito amplo, a concentração económica pode dar-se:

- pela simples cooperação entre empresas, mantendo-se inalteradas a sua autonomia jurídica e económica. É o caso, por exemplo, dos cartéis¹⁴, das *joint ventures*¹⁵, dos consórcios, dos acordos de cooperação¹⁶;

¹³ Consórcio é uma associação de empresas concorrentes, destinada à satisfação de uma necessidade que têm em comum. Defende Paulo Alves de Sousa Vanconcelos, *O contrato de consórcio*, p.14-19, que o consórcio não tem personalidade jurídica, pois são entidades independentes que se associam para levar a cabo determinada atividade (Vasconcelos, 1999).

O Decreto-lei n.º 231/81, de 28 de Julho, regula o contrato de consórcio, e dá-lhe a seguinte definição: <<Consórcio é o contrato pelo qual duas ou mais pessoas, singulares ou coletivas, que exercem uma atividade económica se obrigam entre si, de forma concertada, realizar certa atividade...>>.

¹⁴ Cartel é um acordo entre empresas com produtos homogêneos ou concorrentes, para fixação de preços ou cotas de produção, que por meio de uma ação coordenada tentam através da divisão de clientes e de mercados de atuação, eliminar a concorrência e aumentar os preços dos produtos, obtendo maiores lucros, em prejuízo do bem-estar do consumidor.

- pelas relações de coligação interempresariais – grupos de sociedades – onde se preserva a autonomia jurídica mas nem sempre se consegue manter a autonomia económica;
- e pelas relações que resultam da união de empresas, através de fusão ou incorporação de ativos, nas quais as empresas envolvidas perdem parcial ou totalmente a sua autonomia.

Perante esta multiplicidade de formas, os critérios de classificação, as modalidades e as denominações das concentrações de empresas variam: «ou porque se tem em vista uma perspectiva económica, em que sobressai o modo como se articula a atividade das empresas concentradas; ou porque sobreleva o ângulo jurídico, em que importa o grau de domínio de umas empresas sobre outras; ou porque se procede a uma tipificação doutrinária e não legal; ou porque o enquadramento obedece à doutrina anglo-saxónica e não à da Europa continental.»¹⁷ (Carreira, 1992).

1.2.3.2. Numa perspectiva jurídica

A concentração de empresas será hoje considerada a forma característica da organização económica moderna (Antunes, 2002). De facto, a crescente competitividade internacional, as preocupações de limitação e diversificação do risco do negócio, explicam a criação de grandes conglomerados¹⁸, tal como já foi referido.

A concentração de actividades empresariais, na sua maioria, dá-se pela via da fusão de empresas, que é aliás a modalidade escolhida pelas empresas envolvidas no estudo de caso constante deste trabalho.

¹⁵ *Joint ventures* define-se como sendo um empreendimento conjunto ou associação de empresas, que pode ser definitiva ou não, com fins lucrativos, para explorar determinado negócio, sem que nenhuma delas perca sua personalidade jurídica.

¹⁶ Acordos de cooperação, como o próprio nome indica, são acordos estabelecidos entre empresas para desenvolverem determinada atividade no interesse das mesmas. Normalmente, associado a estes acordos está a subscrição de um protocolo que estabelece regras e condicionamentos, direitos e deveres, para levar a bom termo a cooperação de que fazem parte.

¹⁷ Medina Carreira, em *Concentração de Empresas e Grupos de Sociedades*, p. 16.

¹⁸ Conglomerado é uma forma de oligopólio na qual várias empresas que atuam em setores diversos se unem para tentar dominar determinada oferta de produtos e/ou serviços, sendo em geral administradas por uma *holding* (sociedade criada com o objetivo de administrar um grupo de empresas). O conglomerado é resultado de um amplo processo de concentração e centralização de capitais de uma crescente ampliação e diversificação dos negócios, com o intuito de dominar a oferta de determinados produtos no mercado. O objetivo básico é a manutenção da estabilidade dos conglomerados, garantindo uma lucratividade média, já que há rentabilidades diferentes em cada setor.

A fusão pode processar-se por duas modalidades:

- fusão por absorção ou *mergers* [fusão simples, prevista na alínea a) do n.º 4 do artigo 97º do CSC], na qual a empresa absorvente conserva a sua identidade jurídica, extinguindo-se a sociedade, ou as sociedades que foram absorvidas e que transferiram a totalidade do seu património, originando uma nova estrutura societária;
- fusão por reunião ou *consolidations* [prevista na alínea b) do n.º 4 do artigo 97º do CSC], na qual as empresas se extinguem (liquidando-se), sendo constituída uma nova sociedade.

Para além da concentração de empresas pela via da fusão, existem outras formas de concentração, como é o caso das sociedades coligadas, previstas no CSC, do artigo 481º ao 508º, abrangendo o sistema quatro tipos de relação de coligação:

- relações de participação simples e recíproca, previstas no artigo 483º e seguintes;
- relações de domínio, previstas no artigo 486 e seguintes; e
- relações de grupo, previstas no artigo 488º e seguintes.

Os grupos de sociedades são uma técnica muito utilizada nas operações de concentrações, pois, na opinião de António Pereira de Almeida¹⁹, permitem uma direção económica com independência jurídica. Para além disso, «potencia ganhos fiscais e diversifica os riscos», é um modelo mais flexível que a fusão, com menores custos e menos responsabilidades de montagem (Almeida, 2006).

Refira-se, a propósito dos grupos de sociedades, que existem dois elementos que os definem e que são, na opinião de José Engrácia Antunes²⁰, a independência jurídica das entidades agrupadas e a dependência económica do conjunto destas relativamente ao poder de uma delas. Os grupos de sociedades distinguem-se assim da fusão de empresas, pois, na opinião de António Pereira de Almeida²¹, esta implica sempre a extinção de, pelo menos, uma sociedade e a transmissão global do património da sociedade extinta.

Tal significa que na concentração de empresas pela via da fusão, as entidades fundidas passarão a ser uma só e, consequentemente, serão totalmente dependentes

¹⁹ António Pereira de Almeida, em *Sociedades Comerciais*, 4ª edição, p. 543.

²⁰ José Augusto Quelhas Lima Engrácia Antunes, em *Os grupos de sociedades*, 2ª edição, p. 52

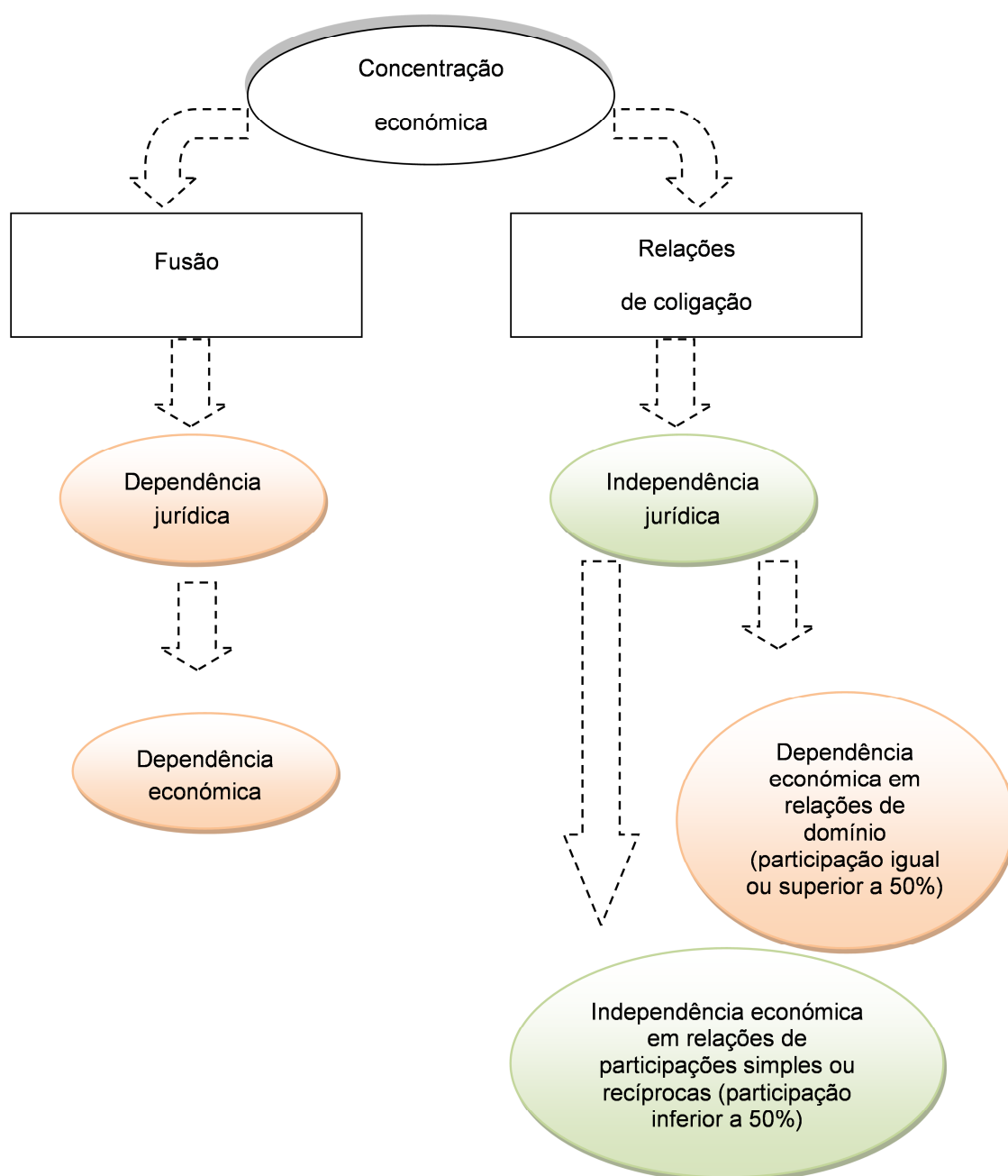
²¹ António Pereira de Almeida, em *Sociedades comerciais e valores mobiliários*, 5ª Edição, p. 757.

jurídica e economicamente porque há a transmissão da posição económica e jurídica da empresa absorvida.

Ainda relativamente às relações intersocietárias num grupo de sociedades, refira-se que cada uma das empresas conserva a sua personalidade jurídica. Do ponto de vista material, as empresas terão maior ou menor dependência económica uma das outras, ou em relação à empresa líder, consoante a relação de coligação existente entre elas. Ainda citando José Engrácia Antunes, o grupo societário constitui uma unidade económico-empresarial, ou seja, é um grupo de sociedades individuais que atuam numa direcção económica unitária reflectindo na existência de uma estratégia ou política económica geral do grupo, a qual é coordenada por uma sociedade que as lidera, coordena e superintende todas as actividades económicas particulares das várias sociedades agrupadas (Antunes, 2002).

Finalmente destaque-se que as operações de concentração podem ocorrer por acordo ou consentimento mútuo, em que as empresas deliberam e cooperam nas negociações, na qual se dá uma aquisição ou fusão “amigável”. Podem também ocorrer de forma hostil, quando a administração da empresa recusa ser comprada, ou simplesmente não está à venda, mas através de uma oferta pública de aquisição, poderá dar-se a compra de participações sociais ou a totalidade de acções de determinada empresa, e consequentemente o seu controlo.

A seguir apresenta-se um esquema de simplificação do exposto, relativamente à dependência ou independência jurídica e económica, quando a concentração económica se dá pela via da fusão ou pela via da aquisição de participações sociais.



ESQUEMA 1: Esquema simplificado da concentração económica: dependência/independência jurídica e económica

1.3. A concentração empresarial e o direito da concorrência

O princípio da livre iniciativa é o caminho natural da ocorrência da concentração de empresas. Contudo, há que ter em conta o princípio da livre concorrência, que visa o equilíbrio do mercado competitivo, de modo a evitar os efeitos nocivos da concentração empresarial indevida.

Existe, portanto, uma dicotomia entre esses dois os princípios - o da livre iniciativa e o da livre concorrência -, o que implica uma referência ao direito da concorrência, o qual “fornece o quadro e as ferramentas para a intervenção jurídica do Estado na economia, destinada a controlar e sancionar certos comportamentos das empresas” (Cunha C., 2005).

A concorrência efectiva traduz-se em benefícios para os consumidores, tais como preços reduzidos, produtos de qualidade elevada, uma vasta escolha de bens e serviços e inovação.

Quando o mercado não está em equilíbrio, causado por uma concorrência “imperfeita”, há um impacto negativo sobre o bem-estar da sociedade (Mateus & Mateus, 2002). Daí que existam restrições ou condicionamentos à iniciativa privada que são justificadas pela necessidade de proteção do interesse público em geral²². É da incumbência do Estado, conforme o disposto na Constituição da República Portuguesa (CRP), a proteção das empresas como fator de desenvolvimento económico, de criação de postos de trabalho e de densificação do tecido empresarial, e que resulta desde logo da obrigação que o Estado tem de assegurar a concorrência e de combater situações monopolistas²³ e reprimir as situações de abuso de poder económico²⁴.

²² António Carlos dos Santos e Outros, *Direito Económico*, 5ª Edição, 2008, p. 47

²³ Monopólio dá-se quando uma empresa é única a oferecer no mercado determinado produto ou serviço, impondo os preços aos que comercializam.

²⁴ Articulação do n.º 1 do artigo 86º e da alínea f) do artigo 81º da Constituição da República Portuguesa, aprovada pela Assembleia Constituinte, reunida na sessão plenária de 2 de Abril de 1976, Conforme J.J. Gomes Canotilho e Vital Moreira, em *Constituição da República Portuguesa Anotada*, Volume I, 2007, p. 964 e p. 1012-1014.

1.3.1. A defesa da concorrência

Na opinião de Luís de Lima Pinheiro²⁵, a concentração de empresas compreende todos os processos que levam ao domínio do mercado por um pequeno grupo de empresas, designadamente a integração vertical (união de diferentes fases do processo de produção) ou horizontal (união de concorrentes situados numa mesma fase do processo de produção) em uma só empresa ou grupo disciplinado de empresas, mas também outras ações que criem fatores de monopólio sobre quotas de mercado ou se traduzam em entendimentos restritivos da concorrência.

O objetivo da política de concorrência deverá ser maximizar o bem estar social. Tem de fazer parte dos planos do Governo, conforme o disposto nos artigos 90º a 92º da CRP, cabendo ao Governo traçar objetivos de desenvolvimento económico e social, e ao mesmo tempo de defesa, como já foi mencionado. Portanto, é da competência do Estado assegurar o funcionamento eficiente dos mercados de modo a garantir a equilibrada concorrência entre as empresas e reprimir os abusos de posição dominante, conforme o disposto na alínea f) do artigo 81º da CRP.

A entrada de Portugal na União Europeia²⁶ representou uma efetiva abertura económica do mercado. Desde então, também é da competência da Comissão Europeia impedir ou corrigir comportamentos anticoncorrenciais entre empresas ou grupos económicos no mercado económico europeu, no qual se inclui Portugal.

Invocando a necessidade de existir cada vez maior transparência por parte dos agentes económicos, tendo em vista atingir um mercado cujo funcionamento se pauta por regras de concorrência, foi publicada a Lei n.º 18/2003, de 11 de Junho, transpondo para Portugal o Regulamento (CE) N.º 1/2003²⁷, de 16 de Dezembro de 2002, emitido pelo Conselho da União Europeia, relativo à execução das regras de concorrência estabelecidas nos artigos 81º e 82º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia.

A seguir, far-se-á uma breve reflexão sobre o disposto neste diploma.

²⁵ Luís de Lima Pinheiro, *Joint Venture. Contrato de empreendimento comum em direito internacional privado*, p. 172-176

²⁶ Portugal aderiu à União Europeia em 1986.

²⁷ O Regulamento (CE) n.º 1/2003 implementou o processo de modernização da aplicação das regras europeias de concorrência. Nessa sequência, as autoridades nacionais de concorrência e a Comissão Europeia têm responsabilidade paralela na aplicação dessas regras em estreita cooperação.

1.3.1.1. *Práticas proibidas e abusos de poder*

Paralelamente à livre iniciativa, existem várias práticas que são proibidas - conforme disposto no n.º 1 do artigo 4º da referida Lei n.º 18/2003 - por serem logo à partida práticas anticorrências e que acarretam consequências negativas para o mercado e para os consumidores. São, então, proibidos os «acordos entre empresas, as decisões de associações de empresas e as práticas concertadas entre empresas, qualquer que seja a forma que revistam, que tenham por objecto ou como efeito impedir, falsear ou restringir de forma sensível a concorrência no todo ou em parte do mercado nacional».

No rol de práticas proibidas, está previsto a constituição de cartéis e quaisquer acordos que prejudiquem o normal funcionamento do mercado, e a assunção de uma posição dominante – que por si só não é uma prática anticoncorrencial²⁸ – mas que, através de práticas abusivas, tire vantagens sobre as empresas concorrentes. Na opinião de Sofia Oliveira Pais²⁹, esta proibição justifica-se na medida em que a exploração abusiva de uma posição dominante põe em causa o livre jogo da concorrência. Uma vez que basta a possibilidade de exercer, por qualquer meio, uma influência determinante sobre a atividade de uma empresa para daí obter vantagens.

No que se refere à apreciação da concentração em termos de concorrência, só se põe em causa as fusões e as aquisições de participações sociais que aumentam o poder das empresas no mercado de modo a haver consequências negativas para os consumidores (preços mais elevados, menor qualidade dos produtos, escolha reduzida) (Mateus & Mateus, 2002). Tal poderá acontecer, por exemplo, se a concentração eliminar um concorrente do mercado ou tornar mais provável uma coordenação entre as empresas presentes.

1.4. **Referência particular ao regime jurídico das fusões**

Dado que o estudo de caso, integrado neste trabalho, resulta de uma fusão, dar-se-á particular destaque ao regime jurídico desta figura.

O processo de fusão envolve os seguintes passos:

²⁸ Conforme site visitado em 06/02/2012, http://ec.europa.eu/competition/consumers/abuse_pt.html

²⁹ Sofia Oliveira Pais, *O controlo das concentrações de empresas no direito comunitário da concorrência*, p. 53

1º Passo: Projeto conjunto de fusão, no qual é elaborado um projeto conjunto pelas administrações das sociedades envolvidas na fusão, nos termos do artigo 98º do CSC, contendo os seguintes elementos:

- a identificação das sociedades participantes, firma, sede, capital, matrícula, e as participações de capital se as houver;
- a modalidade de fusão de acordo com a lei em vigor - Fusão por constituição ou Fusão por incorporação -, indicando os motivos, condições e finalidades pretendidas;
- o balanço de cada sociedade interveniente, à data a partir do qual se consideram as operações efetuadas por conta da sociedade incorporante;
- a indicação dos critérios de avaliação adoptados e as bases da relação de troca das participações sociais da sociedade a extinguir, assim como das partes de capital a serem distribuídas aos sócios ou as quantias a serem pagas pela extinção dos seus direitos;
- a elaboração da redação final do contrato de sociedade da incorporante;
- a indicação das medidas de proteção dos direitos dos credores, assim como de terceiros (não sócios) que participam nos lucros da sociedade, nomeadamente, os trabalhadores ou membros da gerência/administração;
- a indicação, se existir, dos direitos assegurados aos sócios titulares de direitos especiais pela sociedade incorporante, assim como quaisquer vantagens especiais atribuídas a peritos ou aos membros dos órgãos de administração e fiscalização das sociedades envolvidas.

2º Passo: Fiscalização do projeto conjunto de fusão, no qual cada uma das sociedades participantes deve comunicar o projeto conjunto de fusão ao respetivo órgão de fiscalização para emissão de parecer, conforme estipulado no artigo 99º do CSC.

No caso das sociedades não terem um órgão de fiscalização, terão de solicitar o exame do projeto a um revisor oficial de contas, para emissão de parecer.

3º Passo: Registo do projeto conjunto de fusão, cuja obrigatoriedade resulta do artigo 100º do CSC. Assim, esta norma obriga ao registo do projeto de fusão junto da Conservatória do Registo Comercial, por depósito de todos os documentos mencionados do “1º Passo” e ainda o seguinte:

- requerimento dirigido ao diretor-geral das atividades económicas (DGAE), assinado nos termos da lei, acompanhado de um estudo demonstrativo das vantagens económicas da fusão, mencionado no n.º 6 do artigo 60º do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF).

Note-se, todavia, que para que a empresa usufrua dos benefícios fiscais a que o artigo 60º do EBF se refere, deverá apresentar um estudo demonstrativo das vantagens da fusão. Este estudo deve conter análises previsionais que sustentem as vantagens competitivas da operação, nomeadamente redução de custos ou ganhos de eficiência.

Refira-se, igualmente, que o registo do projeto conjunto de fusão pode ser efetuado em qualquer Conservatória do Registo Comercial. Pode ainda ser enviado pela internet através do preenchimento de um formulário electrónico disponibilizado em www.portaldaempresa.pt, integralmente preenchido e submetido de acordo com os procedimentos e instruções disponibilizadas.

4º Passo: Convocação e realização das assembleias gerais após o registo do projeto de fusão junto da Conservatória do Registo Comercial. De facto, nos termos do n.º 2 do artigo 100º do CSC, deverão ser convocadas as assembleias gerais de cada uma das sociedades envolvidas, por meio de convocatórias dirigidas aos sócios.

As convocatórias deverão ser publicadas, para informação de todos os interessados. Assiste aos credores e trabalhadores das sociedades participantes o direito de se oporem judicialmente à fusão, nos termos do artigo 101º do Código das Sociedades Comerciais.

5º Passo: Registo definitivo da fusão, o qual ocorre depois de deliberada a fusão por todas as sociedades participantes sem que tenha sido deduzida oposição. Este registo deverá ser efetuado no prazo de um mês após publicação das convocatórias, ou tendo havido oposição, esta não tenha prosseguido. O registo da fusão terá de ser requerido junto da Conservatória do Registo Comercial por qualquer um dos administradores da sociedade incorporante.

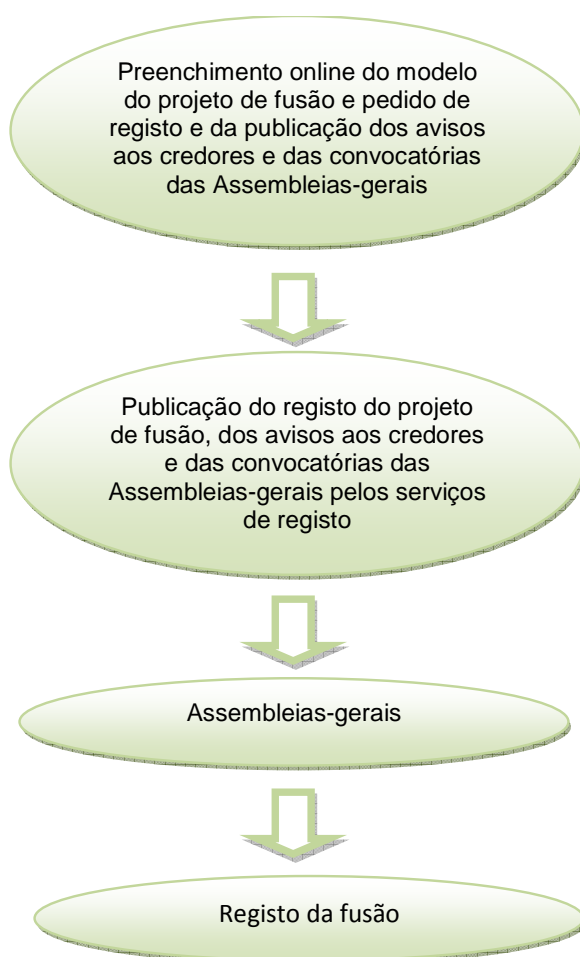
Os passos descritos podem ser consultados no site do Instituto dos Registos e do Notariado, mais concretamente no “manual e minutas de atos sujeitos a registo comercial”.

Refira-se que o Decreto-lei n.º 185/2009, de 12 de Agosto, aprovou diversas medidas de simplificação do regime de fusões e cisões, tendo em vista a simplificação e celeridade destas operações, destacando-se a possibilidade destes processos poderem ser concluídos no prazo de um mês.

Esta diminuição dos prazos é conseguida com a possibilidade de praticar em simultâneo, num único momento, os três atos preliminares à fusão:

- i) registo do projeto de fusão;
- ii) publicação do aviso aos credores; e
- iii) publicação da convocatória da assembleia geral das sociedades.

Apresenta-se de seguida um esquema representativo dos passos para tratamento de um processo de fusão:



ESQUEMA 2: Diagrama de simplificação do processo de fusão

Fonte: Instituto do Registo e do Notariado

CAPITULO II – O REGIME CONTABILÍSTICO DA CONCENTRAÇÃO DE EMPRESAS

2.1. Preliminar

A temática da concentração de empresas, embora abordada em diversa literatura, continua a despertar o interesse dos investigadores que estudam este fenómeno empresarial. Diversos autores escreveram livros e desenvolveram pesquisas sobre a reestruturação empresarial, formas de gestão e expansão. Vários são os autores que publicaram os seus estudos sobre fusões de empresas e aquisições de participações sociais, sobre sinergias e concentração/cominação empresarial. E isto deve-se à atualidade do tema, à tendência histórica para a concentração de empresas e formação de cartéis, e aos ciclos económicos³⁰.

Este capítulo do trabalho aborda o tratamento contabilístico que a Norma Contabilística de Relato Financeiro (NCRF) 14 – Concentrações de atividades empresariais - vem impor, e que tem por base a *International Financial Reporting Standards* (IFRS) 3 adotada através do Regulamento (CE) n.º 1126/2008, de 3 de Novembro, emitida pela Comissão Europeia (CE). Fazer-se-á uma comparação entre a metodologia até agora usada - com as regras do Plano Oficial de Contabilidade (POC) – e a metodologia a seguir com a adoção do Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

2.2. A globalização dos mercados e a adoção das IFRS em Portugal

O Regulamento (CE) n.º 1606/2002³¹ veio estabelecer a adoção e a utilização, na União Europeia, das normas internacionais de contabilidade – *International Accounting Standards* (IAS) e *International Financial Reporting Standards* (IFRS) e interpretações conexas: *International Financial Reporting Interpretations Committee* (SIC/IFRIC) –

³⁰ Ciclo económico refere-se às flutuações da atividade económica, que envolve a alternância de períodos de crescimento, recuperação e prosperidade, com períodos de relativa estagnação, declínio ou recessão.

³¹ Regulamento (CE) N.º 1606/2002, de 19 de Julho, do Parlamento Europeu e do Conselho, que dispõe sobre matéria relativa à aplicação das normas internacionais de contabilidade.

dando, assim, resposta às crescentes necessidades em matéria de relato financeiro no contexto das profundas alterações ocorridas nos últimos anos na conjuntura económica e financeira, nomeadamente na concentração de actividades empresariais a nível nacional, europeu e mundial (Rodrigues, 2010).

Em Portugal, a adoção das IFRS, implicou algumas alterações face ao POC, na estrutura das demonstrações financeiras assim como no reconhecimento e na mensuração de diversos elementos das demonstrações financeiras.

Apesar do SNC, que entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2010, revogando o POC/89 e demais legislação e normas contabilísticas complementares, “exigir” uma maior aproximação das regras fiscais às regras contabilísticas, através da publicação do Decreto-lei n.º 159/2009, de 13 de Julho, que introduziu as respetivas alterações ao Código do IRC, e do Decreto-lei n.º 25/2009, de 14 de Setembro, constata-se que o novo referencial contabilístico não provocou alterações substanciais, o que se pode deduzir pelo facto de se manter a redação do artigo 17º do CIRC, caso o resultado contabilístico (agora no âmbito do SNC) se mantém como base de apuramento do lucro tributável do IRC.

No entanto, há que sublinhar que o SNC ao proceder à aproximação e adaptação ao normativo contabilístico do IASB, traduzido nas NIC (IAS), NIRF (IFRS) e respectivas interpretações (SIC e IFRIC), regista, efetivamente, uma melhoria no relato financeiro das empresas, com especial destaque para uma significativa melhoria dos aspetos teórico-concetuais, traduzidos na designada estrutura concetual aprovada pelo Aviso n.º 15652/2009, de 7 de Setembro, e pelas normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF) aprovadas pelos Avisos n.º 15654/2009 e n.º 15655/2009, de 7 de Setembro (Guimarães J., 2010)³².

Às primeiras Demonstrações Financeiras preparadas de acordo com as IFRS é aplicada a IFRS 1 – Adoção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro. Esta norma exige que as empresas adotem retrospectivamente os critérios de reconhecimento, de mensuração e as políticas contabilísticas previstas nas restantes normas internacionais.

Assim, as empresas tiveram que reconhecer os ativos e passivos requeridos pelas normas específicas, tendo de reconhecer alguns ativos e passivos adicionais como, por exemplo, os relacionados com os Benefícios dos Empregados.

³² Joaquim Fernando da Cunha Guimarães, *História da normalização contabilística em Portugal*, Revista TOC, **127**: 34-48

Tiveram também que desreconhecer os ativos e passivos não permitidos pelas normas específicas do IASB, como por exemplo: provisões, quando não existe uma obrigação legal ou construtiva; despesas de instalação; ativos intangíveis gerados internamente; e custos diferidos.

Houve também que fazer a remensuração de ativos e passivos de acordo com as IFRS, nomeadamente:

- imparidade do *Goodwill* e outros ativos de longa duração – no POC o *Goodwill*³³ deveria ser amortizado em 5 anos. Mas com a aplicação da IFRS 3-Concentrações de Actividades Empresariais, o *Goodwill* deixa de ser amortizado e passa a estar sujeito a testes de imparidade;
- ativos financeiros mensurados ao seu justo valor;
- avaliar a vida útil do imobilizado corpóreo (actualmente com a nomenclatura de activos fixos tangíveis).

2.3. A NCRF 14 e a sua contabilização

2.3.1. As regras do POC versus SNC

Os métodos previstos no POC para o tratamento contabilístico da concentração de actividades empresariais, estavam regulados através da Diretriz Contabilística (DC) n.º 1/91 – Tratamento contabilístico de concentração de actividades empresariais, e são os seguintes:

- O método da compra

O método da compra é de aplicação generalizada porque a grande maioria das concentrações de actividades empresariais são substancialmente aquisições (Bento & Machado, 2007).³⁴

³³ *Goodwill* é a diferença entre o valor pago na aquisição de uma empresa e o correspondente valor do seu capital próprio.

³⁴ José Bento e José Fernandes Machado, *Plano Oficial de Contabilidade Explicado*, p.430

De acordo com este método, contabilizam-se as aquisições adotando os princípios de compra normal de ativos. O adquirente ou comprador regista pelo seu justo valor os ativos e passivos adquiridos à data de aquisição.

- O método da comunhão de interesses

O objetivo deste método é o de tratar as empresas unificadas como se as actividades anteriormente referidas continuassem como dantes, se bem que agora estejam conjuntamente geridas e detidas.

Consiste na junção de ativos, passivos, reservas e resultados, das empresas fundidas – da incorporada e da incorporante – pelas quantias escrituradas em cada uma delas.

Em sentido lato, não existem diferenças entre os dois métodos mencionados se o valor dos ativos, passivos, reservas e resultados corresponder ao seu justo valor.

No SNC aplica-se a NCRF 14 que prevê que, a qualquer das formas de concentração de atividades empresariais, se aplique um único método:

- O método da compra

A empresa adquirente reconhece os ativos e passivos e passivos contingentes pelos seus justos valores (mencionado no parágrafo 13 a 17 da referida norma).

Esta norma (NCRF 14) deve ser aplicada na contabilização de concentração de atividades empresariais, mas não se aplica a:

- Concentração de atividades empresariais em que entidades ou atividades empresariais separadas se reúnam para formar um empreendimento conjunto. Pois neste caso deve ser aplicada a NCRF 13 – Interesses em Empreendimentos Conjuntos e Investimentos em Associadas.
- Concentração de atividades empresariais que envolvam entidades ou atividades empresariais sob controlo comum. Pois neste caso deve ser aplicada a NCRF 15 - Investimentos em Subsidiárias e Consolidação.

- Concentração de atividades empresariais que envolvam duas ou mais entidades mútuas. Aplicando-se, portanto, a NCRF 15 - Investimentos em Subsidiárias e Consolidação.

Esquemáticamente, e para visualizar concretamente as diferenças entre os normativos POC/SNC, apresenta-se o seguinte quadro:

	DC 1/91 (POC)	NCRF 14 (SNC)
OBJETIVO	Normalizar procedimentos contabilísticos para se apurarem os efeitos nas demonstrações financeiras das operações resultantes das concentrações de atividades empresariais.	Prescrever tratamento numa concentração de atividades empresariais
MÉTODO DE CONTABILIZAÇÃO	Método de compra Método de comunga de interesses	Método de compra
DESPESAS DE CONCENTRAÇÃO EMPRESARIAL	Método de compra: mensurado como investimento. Método de comunga de interesses: mensurado como despesas do exercício.	Gastos do exercício
MENSURAÇÃO INICIAL	Pelo custo (justo valor na data de aquisição correspondente à percentagem de participação adquirida pela empresa-mãe)	Pelo custo (justo valor na data de aquisição) Conforme a NCRF 6 - Ativos intangíveis
MENSURAÇÃO SUBSEQUENTE:		
Goodwill	Reconhecido e amortizado numa base sistemática, num período que não exceda 5anos, a menos que vida útil mais extensa possa ser justificada nas demonstrações financeiras, não excedendo porém 20 anos.	Reconhecido como ativo intangível não amortizável. Sujeito a teste anual de imparidade.
Badwill ou Negative Goodwill	É repartido pelos ativos não monetários individuais adquiridos na proporção dos justos valores destes. <u>OU</u> Provento diferido e imputado a resultados numa base sistemática, durante um período que não ultrapasse 5 anos, a menos que vida útil mais extensa possa ser justificada nas demonstrações financeiras, não excedendo porém 20anos.	Imediatamente reconhecido como rendimento do período.

ESQUEMA 3: Resumo de diferenças entre os normativos POC/SNC

2.3.2. A aplicação do método da compra

A aplicação do método da compra, segundo a NCRF 14, envolve os seguintes passos:

- identificar a empresa adquirente;

- mensurar o custo concentração da atividade empresarial;

Todas as concentrações de atividades empresariais devem ser contabilizadas pela aplicação do método da compra. Este método considera a concentração de atividades empresariais na perspetiva da entidade concentrada que é identificada como a adquirente.

A adquirente compra ativos líquidos e reconhece os ativos adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos, incluindo aqueles que não tenham sido anteriormente reconhecidas pela adquirida. A mensuração dos ativos e passivos da adquirente não é afetada pela transação, nem quaisquer ativos ou passivos adicionais da adquirente são reconhecidos como consequências da transação, por que não são objeto de transação.

- imputar, à data de aquisição, o custo da concentração da atividade aos ativos adquiridos e passivos e passivos contingentes assumidos.

A adquirente deve mensurar o custo de uma concentração de atividades empresariais como o agregado dos justos valores, à data da troca, dos ativos cedidos, dos passivos incorridos e dos instrumentos de capital próprio emitidos pela adquirente, em troca do controlo sobre a adquirente e mais todos os custos directamente atribuíveis à concentração de atividades empresariais.

2.3.3. Imputação dos custos da concentração de atividades empresariais

Diz esta norma – NCRF 14, parágrafos 18 a 20 – que deve ser imputado o custo de uma concentração de atividade empresarial aos ativos adquiridos, passivos e passivos contingentes assumidos.

Portanto, a sociedade adquirente deve, na data de aquisição, imputar o custo da concentração da atividade empresarial ao reconhecer os ativos, os passivos e passivos contingentes identificáveis da sociedade adquirida pelos seus justos valores.

A demonstração de resultados da adquirente deve incorporar os resultados da adquirida após a data de aquisição, ao incluir os rendimentos e gastos da adquirida com base no custo da concentração da atividade empresarial para a adquirente (conforme parágrafo 25 da NCRF 14).

2.3.4. Ativos e passivos identificáveis

A sociedade adquirente reconhece separadamente como parte da imputação do custo da concentração apenas os ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da sociedade adquirida que existam à data de aquisição (conforme parágrafo 24 da NCRF 14).

Quanto aos passivos contingentes da sociedade adquirida, destaque-se que a sociedade adquirente reconhece separadamente um passivo contingente da sociedade adquirida como parte da imputação do custo de uma concentração de atividade empresarial, apenas se o seu justo valor puder ser mensurado com fiabilidade.

Caso contrário, se o seu justo valor não puder ser mensurado com fiabilidade, há um efeito resultante da quantia reconhecida como *goodwill*, devendo a sociedade adquirente divulgar essa informação, acerca do passivo contingente, conforme o disposto na NCRF 21 – Provisões, Passivos Contingente e Ativos Contingentes.

Quanto aos ativos intangíveis da sociedade adquirida, destaque-se que a sociedade adquirente reconhece separadamente um ativo intangível da sociedade adquirida na data de aquisição, apenas se esse ativo satisfizer a definição de ativo intangível mencionado na NCRF 6 – Ativos Intangíveis: «Um recurso controlado por uma entidade como resultado de acontecimentos passados, do qual se espera que fluam benefícios económicos futuros para a entidade, e que seja um ativo não monetário identificável mas sem substância física».

2.3.5. A concentração de empresas e o goodwill

A NCRF 14 define *goodwill* como um ativo que representa os benefícios económicos futuros resultantes de outros ativos adquiridos numa concentração de atividades empresariais que não sejam individualmente identificáveis nem separadamente reconhecidos.

A norma IFRS 3 acrescenta que o *goodwill* consiste num excesso do custo de uma concentração de atividades empresariais acima do valor justo dos ativos, passivos e

passivos contingentes identificáveis. Considera ainda que o *goodwill* é um pagamento feito pela adquirente em antecipação de benefícios económicos futuros de ativos que não sejam capazes de ser individualmente identificáveis e separadamente reconhecidos. Portanto, o *goodwill* mede-se pelo custo residual da concentração empresarial após o reconhecimento dos ativos, dos passivos e dos passivos contingentes adquiridos.

De facto, o *goodwill* é um valor remanescente ou residual³⁵. Contudo, na maioria das concentrações empresariais assume valores bastante significativos. De acordo com a NCRF 14, mais concretamente no parágrafo 35, o *goodwill* é registado no ativo, não sendo amortizado, mas deve ser objeto de análises de imparidade periódicas (no mínimo anuais) e, em caso de perda de valor, deve registar-se a respetiva perda.

Face ao exposto, a Comissão de Normalização Contabilística considera o *goodwill* como o valor pago excedente ao valor de mercado dos ativos e passivos identificáveis da empresa, sendo o IASB “exagerado” ao dizer que isso é feito sob a perspetiva de um benefício económico futuro como consequência da sinergia gerada pela concentração dos ativos (Montiel & Lamas, 2007)³⁶.

As definições de *goodwill* anteriormente apresentadas tratam especificamente de ‘valor pago’ acima dos valores de mercado do património líquido. Vale a pena sublinhar que a diferença entre estas duas definições embora subtil, é substancial: entre o *goodwill* existir e ser efectivamente reconhecido como um ativo.

Para que o *goodwill* seja reconhecido necessita obrigatoriamente de ter sido adquirido e efetivamente pago.³⁷

O *goodwill* existe a partir do momento em que os ativos de uma entidade, ao funcionarem como um grupo, após a concentração da atividade empresarial, produzam um retorno acima daquilo que seria considerado normal. Contudo, nesta situação o *goodwill* não seria contabilizado, pelo facto de não conseguir mensurar o seu valor.

Quando há a efetiva transação de aquisição de uma entidade surge a possibilidade de uma avaliação do seu montante de forma objetiva, resultante da diferença entre o valor patrimonial avaliado a preços de mercado da participação adquirida e o valor

³⁵ Carlos António Rosa Lopes, *Equivalência patrimonial (equity) vs. Consolidação de balanços e demonstração de resultados*, Revista TOC, **128**: 34-46

³⁶ Maria Dolores Salvador Montiel e Fernando Ruiz Lamas, *Normativo contabilístico internacional e o goodwill nas concentrações de atividades empresariais*, Revista TOC, **87**: 32-39.

³⁷ João Carlos Fonseca, *Normalização contabilística: o método orwelliano modificado de reescrever o pensamento contabilístico*, Revista TOC, **121**: 51-54.

efetivamente pago pela adquirente. O que não significa dizer que haja *goodwill* apenas nesta situação. O *goodwill* existia antes da transação (por isso foi pago mais do que o valor patrimonial a preços de mercado) e continua a existir após a mesma, mas só quando a transação efetivamente ocorre é que surge a possibilidade de mensurá-lo objetivamente de forma a permitir o seu reconhecimento na contabilidade da empresa adquirente.

Existem autores que afirmam que o *goodwill* poderia, em princípio, ser reconhecido a qualquer momento, comparando o valor de mercado de uma empresa ao valor dos seus ativos líquidos a preços de mercado; o que na prática não funciona devido à dificuldade da mensuração objetiva desse ativo quando não está subjacente uma transação efetiva.

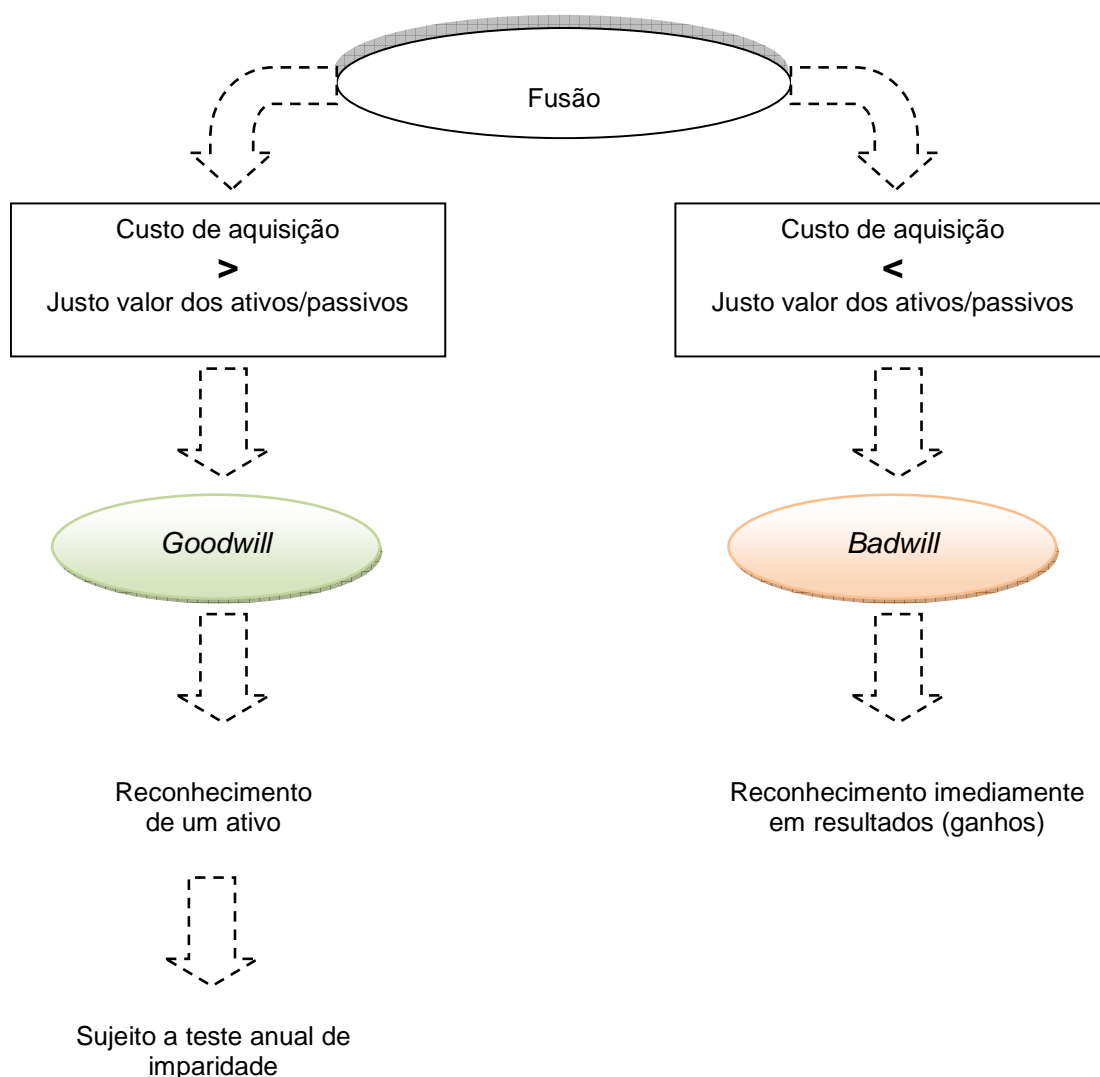
A importância do *goodwill* deve-se principalmente ao efeito que tem sobre a demonstração dos resultados da entidade adquirente subsequentes à concentração, impacto que será diferente segundo a solução contabilística seguida.

Voltando à NCRF 14, após o reconhecimento inicial, a sociedade adquirente deve mensurar o *goodwill* pelo custo deduzido de qualquer perda por imparidade acumulada, não podendo ser amortizado nem revalorizado.

Assim, a sociedade adquirente deve, à data da aquisição, reconhecer o *goodwill* adquirido numa concentração de atividades empresariais como um ativo e mensurar esse *goodwill* pelo seu custo.

Quando existe *badwill* (*goodwill* negativo), ou seja, quando o custo da concentração de atividades empresariais for inferior ao justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis, a sociedade adquirente deve reavaliar a identificação e a mensuração dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da sociedade adquirida e proceder à mensuração do custo da concentração. Deverá, também, reconhecer imediatamente nos resultados (ganhos) qualquer excesso remanescente após a reavaliação.

Apresenta-se, de seguida, um esquema para clarificar a norma quanto ao enquadramento descrito:



ESQUEMA 4: Enquadramento genérico das fusões conforme disposto na NCRF 14

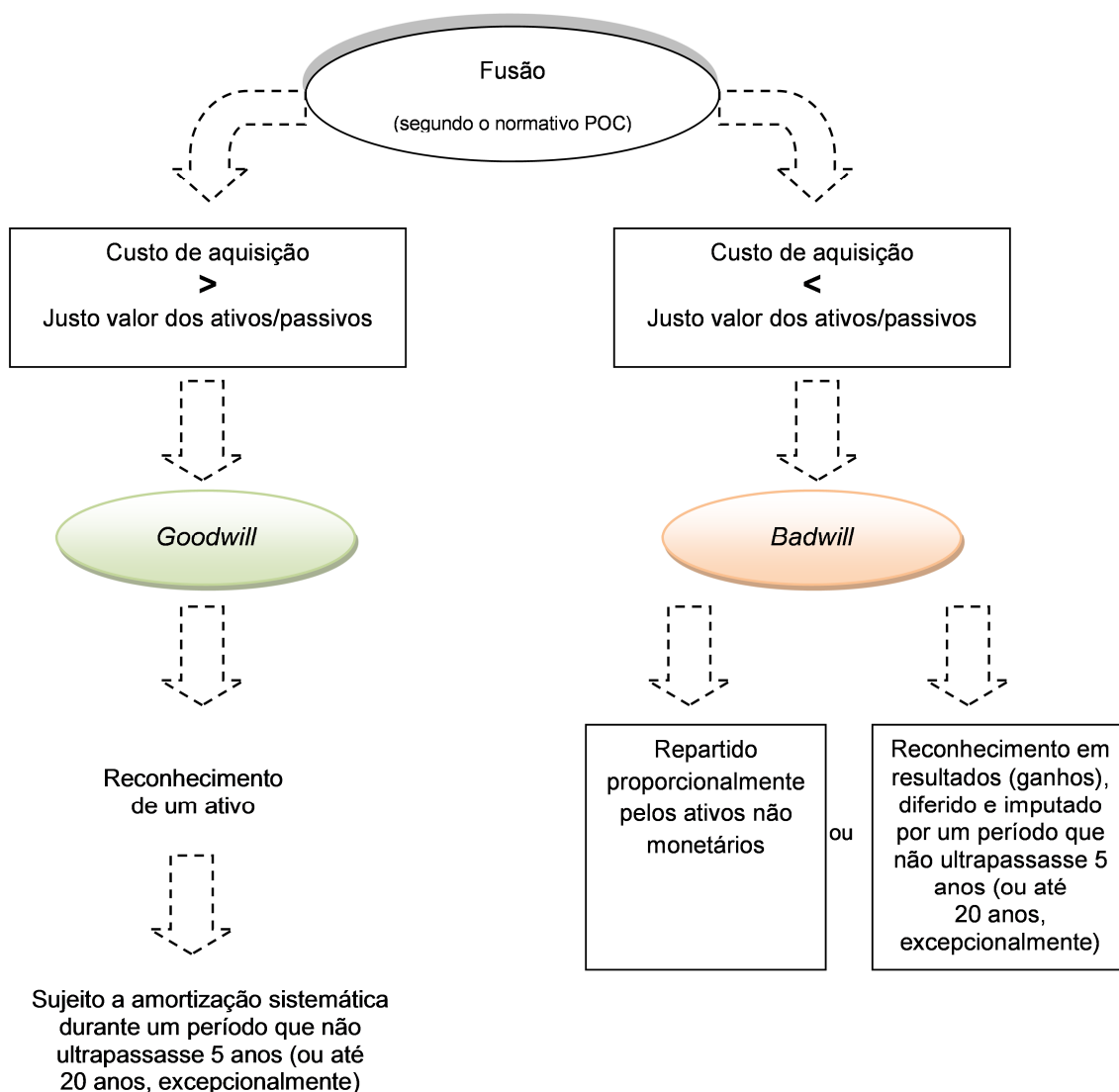
Relativamente à metodologia seguida no POC, o *goodwill* tinha de ser amortizado numa base sistemática durante a sua vida útil, que o normativo fixava como que não podendo ultrapassar os 20 anos.

Quando da concentração das empresas resultava um *goodwill* negativo, este normativo - o POC - dispunha o seguinte:

- a) se o *goodwill* estava relacionado com perdas ou gastos futuros identificados no plano de aquisição da entidade adquirente, diferia-se e reconhecia-se como um ganho no período em que tais perdas ou gastos estavam a ser reconhecidos;
- b) se o *goodwill* não estava relacionado com perdas ou gastos futuros identificados no plano de aquisição da adquirente, reconhecia-se como um ganho pela quantia do

goodwill negativo que não ultrapassasse o justo valor do conjunto dos ativos não monetários identificáveis adquiridos, utilizando uma base sistemática ao longo da vida útil média ponderada dos ativos identificáveis adquiridos; e pelo resto do *goodwill* negativo, a sua qualificação como ganho de forma imediata.

Apresenta-se, de seguida, um esquema quanto ao procedimento usado na metodologia seguida pelo POC:



2.3.6. *Reconhecimento de ativos por impostos diferidos após conclusão da contabilidade inicial*

O potencial benefício do reporte de perdas fiscais no rendimento da adquirida ou de outros ativos por impostos diferidos devem ser contabilizados como rendimento de acordo com a NCRF 25 – Impostos sobre o rendimento.

2.4. Aspetos fiscais

2.4.1. *Imposto sobre os Rendimentos das pessoas Coletivas (CIRC)*

O regime de neutralidade fiscal previsto para as fusões no Código do IRC refere que a aplicação do regime especial determina que a sociedade beneficiária mantenha, para efeitos fiscais, os elementos patrimoniais objeto de transferência pelos mesmos valores que tinham as sociedades fundidas, cindidas ou na sociedade contribuidora antes da realização das operações, considerando-se que tais valores são os que resultam da aplicação das disposições do Código do IRC ou de reavaliações efetuadas ao abrigo de legislação de carácter fiscal.

Fiscalmente, mantém-se o regime da neutralidade fiscal, mas com algumas alterações que a seguir se releva.

Na sua redação anterior, o CIRC, no n.º 3 do artigo 68.º, previa que a aplicação do regime especial aplicável às fusões, cisões e entrada de ativos estava subordinada à observância, pela sociedade beneficiária, das seguintes condições:

- os elementos patrimoniais objeto de transferência fossem inscritos na respetiva contabilidade com os mesmos valores que tinham na contabilidade das sociedades fundidas, cindidas ou da sociedade contribuidora;
- os valores referidos na alínea anterior fossem os que resultavam da aplicação das disposições deste código ou de reavaliações feitas ao abrigo de legislação de carácter fiscal.

Na redação atual, o CIRC, nos artigos 74º e 130º, substitui a exigência do reconhecimento contabilístico (prevista no n.º 3 do artigo 68.º antes das alterações do CIRC), pela integração no dossier fiscal dos elementos necessários para salvaguardar

a tributação posterior no momento da respetiva realização. Portanto, a lei fiscal deixa de estabelecer regras contabilísticas nesta área³⁸.

No entanto, a aplicação do regime especial de neutralidade fiscal continua a exigir que a sociedade beneficiária mantenha, para efeitos fiscais, os elementos patrimoniais transferidos pelos mesmos valores que tinham na sociedade fundida ou cindida.

Para garantir o controlo na determinação dos resultados relacionados com os elementos patrimoniais transferidos, a sociedade beneficiária deve incluir no dossier fiscal os seguintes elementos, conforme o disposto no artigo 78º do CIRC:

- as demonstrações financeiras da sociedade fundida ou cindida antes da operação de fusão ou de cisão;
- a relação de bens com a indicação dos valores pelos quais eles estavam registados na contabilidade da sociedade fundida ou cindida e os valores pelos quais a sociedade beneficiária registou na sua contabilidade;
- os mapas das depreciações e amortizações, das perdas por imparidade, as provisões e os ajustamentos em inventários tal como estavam registadas na sociedade fundida ou cindida; e
- a atualização dos valores relativos a esses bens até que sejam vendidos, transferidos ou extintos.

As entidades beneficiam do regime de neutralidade se cumprirem as condições anteriormente referidas. A aplicação da neutralidade fiscal pretende não desincentivar as operações de concentração de atividades empresariais tributando, os resultados das operações.

Isto significa que a entidade adquirida deveria tributar os resultados de uma operação de concentração, que poderia constituir um obstáculo à realização deste tipo de operação. A neutralidade fiscal visa ultrapassar este obstáculo na condição de, quando os ativos da entidade adquirida forem vendidos, a entidade adquirente utilizar valores do ativo que estavam registados na entidade adquirida para efeitos de tributação.

Se as entidades não cumprirem as condições para que o regime da neutralidade fiscal seja aplicado, a incorporada tem de tributar os resultados da operação. Relativamente à incorporante há duas situações³⁸:

³⁸ Consultório Técnico, Resposta de Março de 2011, *Fusão*, Revista TOC, **137**:72-74

a) reconhece o *badwill* (*goodwill* negativo), que será tributado. Em contrapartida, irá poder depreciar os itens do ativo fixo tangível ou ativo intangível com base no justo valor (não necessitam de registar os ativos pelos valores registados na entidade incorporada); e

b) se for *goodwill*, em termos do código de contas é inserido nos ativos intangíveis. Sobre o *goodwill* não são aceites amortizações, uma vez que não é um ativo tangível. As perdas por imparidade reconhecidas no ativo não são aceites para efeitos fiscais.

Os itens do ativo fixo tangível e do ativo intangível mensurados pelo método do custo são amortizáveis ou depreciáveis.

As operações de fusão ou cisão não abrangidas pelo regime especial, a revalorização ao justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes, são aceites para efeitos fiscais, em conformidade com a alínea a) do n.º 3 do artigo 43.º do CIRC. Esta era a situação até à entrada em vigor do SNC. Atualmente, mantém-se o mesmo critério, apenas houve a alteração da numeração do artigo 43.º para alínea a) do n.º 3 do artigo 46.º do CIRC.

2.4.2. Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF)

Em paralelo ao Código do IRC, o artigo 60º do EBF, no que diz respeito à reestruturação de empresas por via da concentração empresarial ou de acordos de cooperação, que consagra que as empresas que exerçam, diretamente ou a título principal, uma atividade económica de natureza agrícola, comercial, industrial ou de prestação de serviços, podem ter os seguintes benefícios:

- isenção de imposto municipal sobre as transações onerosas de imóveis (IMT), relativamente aos imóveis necessários à concentração ou cooperação³⁹ e não destinados a habitação;

³⁹ O artigo 4º do Estatuto dos Benefícios Fiscais define atos de cooperação, que é (alínea a) a constituição de agrupamentos de empresas com um interesse económico comum ou que se proponham a uma atividade ou prestação de serviços comum de natureza relevante; (alínea b) ou a constituição de pessoa coletiva de direito privado sem fins lucrativos mediante a associação de empresas públicas com a finalidade de evoluir a atividade ou setor onde se inserem para bem comum e da sociedade; (alínea c) ou a celebração de atos de consórcio e de associação em participação, sempre que as contribuições realizadas visem o desenvolvimento direto de atividades produtivas.

- isenção de imposto do selo (IS) relativamente à transmissão dos imóveis referidos atrás, ou à constituição, aumento de capital ou do ativo de uma sociedade de capitais necessários à concentração ou cooperação;
- isenção dos emolumentos e de outros encargos legais que se mostrem devidos pela prática dos atos inseridos nos processos de concentração ou de cooperação.

O Decreto-lei n.º 185/2009, de 12 de Agosto, que transpõe para a ordem jurídica portuguesa a Diretiva n.º 2006/46/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, e que introduziu diversas medidas de simplificação do regime de fusões e cisões, tendo em vista a simplificação e celeridade destas operações, destacando-se a possibilidade destes processos poderem ser concluídos no prazo de um mês.

Contudo, este diploma não trouxe alterações aos benefícios fiscais atrás mencionados, tendo apenas contribuído para uma diminuição do prazo de conclusão dos processos de reorganização empresarial, destacando-se a celeridade no registo ou publicação na Conservatória do Registo Comercial e ainda a criação de mecanismos para que a administração fiscal possa decidir mais rapidamente sobre a concessão desses benefícios fiscais. E nesse sentido foi eliminada a necessidade de solicitar e obter pareceres junto da Autoridade da Concorrência e da Direcção-Geral dos Registos e Notariado.

Assim, as empresas interessadas em “candidatar-se” à obtenção dos benefícios fiscais previstos no Estatuto dos Benefícios Fiscais, conforme disposto no n.º 7 do artigo 60º, deverão obter um parecer sobre a substância da operação de reestruturação que tencionam levar a cabo, junto do ministério da tutela da atividade da empresa, e apresentar o mesmo junto com os restantes documentos aquando do registo ou publicação do projeto de reestruturação na Conservatória do Registo Comercial.

2.4.3. *Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)*

Em termos de IVA, haverá que referir que não existe o conceito de fusão no CIVA. Na prática, cada sociedade, a incorporante e a incorporada, deverá cumprir as suas obrigações individualmente, ou seja, devem cumprir as obrigações pertencentes a elas próprias, seja referente às declarações periódicas, seja de liquidação de imposto.⁴⁰

⁴⁰ Consultório Técnico, Resposta de Março de 2011, *Fusão*, Revista TOC, 137:72-74

Em caso de haver crédito de imposto por parte da sociedade incorporada, que se extingue pela fusão por incorporação, deve a sociedade incorporante considerar esse crédito de imposto na sua conta corrente de IVA. Em alternativa, e dependendo do valor desse crédito de imposto, a sociedade incorporante poderá solicitar o reembolso desse crédito de imposto da sociedade incorporada já extinta para as suas contas bancárias.

Existe também um regime de neutralidade fiscal no CIVA, previsto no n.º 4 do artigo 3º, para as operações de concentração de atividades empresariais, desde que sejam cumpridos os seguintes requisitos⁴¹:

- seja transferido a totalidade do património da sociedade incorporada, ou parte dele, que constituirá uma atividade económica na sociedade incorporante; e
- o adquirente – a sociedade incorporante – seja sujeito passivo de IVA.

Assim, cumpridos os requisitos acima previstos, não haverá lugar à liquidação de IVA pela transferência dos bens entre as sociedades envolvidas.

⁴¹ <<Artigo 3º - Transmissão de bens: 4 - Não são consideradas transmissões as cessões a título oneroso ou gratuito do estabelecimento comercial, da totalidade de um património ou de uma parte dele, que seja susceptível de constituir um ramo de atividade independente, quando, em qualquer dos casos, o adquirente seja, ou venha a ser, pelo facto da aquisição, um sujeito passivo do imposto de entre os referidos na alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º>> retirado literalmente do Código do IVA

CAPITULO III – O ESTUDO DE CASO

3.1. Preliminar

Neste capítulo será apresentado um estudo concreto da fusão por incorporação de duas sociedades. Começar-se-á por apresentar as empresas individualmente, com nomes fictícios a pedido das mesmas para manter a sua confidencialidade e integridade, seguido do detalhe do processo de fusão na prática, finalizando com a apresentação das peças contabilísticas usadas para o efeito e as que da fusão resultaram.

3.2. As empresas intervenientes no processo de fusão

3.2.1. *Farmácia Irmã Maria Droste, Unipessoal, Lda*

Constituída há mais de uma década, esta sociedade unipessoal por quotas com sede em Guimarães e com um capital social de € 5 000.00, será a sociedade incorporada.

É característica das micro e pequenas empresas ter uma reação “criativa” à mudança e às desvantagens que lhe aparecem, procuram formas de equilíbrio competitivo diante da supremacia dos recursos das grandes organizações. Em contraste com a eficiência da produção em escala e alavancagem operacional dessas organizações, as micro e pequenas empresas valem-se de “modestas” vantagens, como a capacidade de reagir mais rapidamente, da sua tenacidade económica e das relações pessoais.

Na sua maioria caracterizam-se por desenvolver atividades com baixa intensidade de capital e com alta intensidade de mão-de-obra.

A “Farmácia Irmã Maria Droste, Unipessoal, Lda”, considerada uma micro empresa, manteve-se “saúdável” no mercado durante alguns anos. Contudo, e face ao cenário de crescente evolução tecnológica e médica, evidenciada no setor da saúde, passou a ter dificuldades financeiras.

3.2.2. *Boa Saúde, Lda*

Trata-se de uma parafarmácia constituída em 2007, sendo uma sociedade por quotas, com sede em Matosinhos e com um capital social de € 150 000.00. Esta será a sociedade incorporante.

Empenhada em conquistar quota de mercado, muniu-se de tecnologia avançada de acordo com as exigências do setor de mercado onde se inseriu.

O primeiro contacto com a sociedade entretanto incorporada - a “Farmácia Irmã Maria Droste, Unipessoal, Lda” – foi através de relações comerciais cliente/fornecedor.

Com a entrada dessa sociedade em declínio financeiro, foi para a “Boa Saúde, Lda” uma oportunidade de negócio, pelo facto desta não ter alvará de propriedade de farmácia emitido pela Infarmed – Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde.

Assim, adquiriu uma quota de € 5 000,00 à “Farmácia Irmã Maria Droste, Unipessoal, Lda”, passando a ser o único detentor da mesma.

3.3. **Motivos e objetivos da fusão**

3.3.1. *Motivos da fusão*

A evolução do setor da saúde, e muito em particular as medidas de natureza estratégica que vinham sendo adotadas no nosso país, exigia atitudes cada vez mais adequadas às novas regras de gestão.

Começou a sentir-se uma forte concorrência na venda de medicamentos e a prestação de serviços na área da saúde, nomeadamente quanto à sofisticação dos meios auxiliares de diagnóstico, resultantes de uma medicina cada vez mais qualificada.

Com as alterações sociodemográficas notou-se um aumento dos custos com a saúde, dando maior relevo à necessária rentabilização dos meios disponíveis.

Face ao cenário de crescente evolução tecnológica e médica evidenciada no setor da saúde, os órgãos de gestão das duas empresas intervenientes constataram que seria necessária a redefinição das estratégias societárias.

Desse modo, dada a similaridade e complementaridade da atividade das duas empresas e numa perspetiva de que a atual dispersão do negócio por empresas distintas afetava a gestão conjunta, pretendeu-se proceder à concentração das duas

sociedades numa só, de modo que a sociedade incorporante ganhasse maior capacidade, competitividade e, ao mesmo tempo, permitisse a expansão do seu negócio. Tendo em conta as novas realidades em termos de gestão e racionalização dos meios financeiros e administrativos, fruto de um mercado cada vez mais exigente, não fazia sentido, dos pontos de vista económico e jurídico, a existência de duas sociedades com atividades semelhantes e complementares, com estruturas organizacionais diferentes, detidas basicamente pelas mesmas entidades.

3.3.2. *Objetivos da fusão*

As novas exigências dos mercados em que as sociedades “Boa Saúde, Lda” e “Farmácia Irmã Maria Droste, Unipessoal, Lda” desenvolviam as suas atividades exigiu a reorientação da estratégia das duas empresas.

Assim, o objetivo primordial deste processo de fusão foi a reestruturação e focalização nas seguintes áreas de atuação:

- definição estratégica e planeamento conjunto;
- redefinição dos processos produtivos e controlo associados;
- reestruturação comercial, designadamente do posicionamento competitivo que as sociedades ocupavam no mercado;
- otimização da dimensão financeira, produtiva e da rede de informação, integrando-a numa lógica única;
- redução dos custos administrativos decorrentes da reorganização da atividade.

Esta reestruturação passou pela transmissão, para a esfera da sociedade incorporante “Boa Saúde, Lda”, da totalidade do património da sociedade incorporada a “Farmácia Irmã Maria Droste, Unipessoal, Lda”. Essa transmissão abrangeu, assim, os ativos e passivos, com vista a agregar esforços técnicos, comerciais e administrativos na mesma entidade, permitindo, deste modo, que a empresa incorporante reagisse rapidamente às mutações do mercado e possuísse um carácter fortemente concorrencial e inovador.

Por outro lado, e em virtude da complementaridade existente entre as duas empresas intervenientes nesta operação, a fusão projetada permitiria centralizar numa única sociedade o seu esforço competitivo, racionalizando dessa forma os seus custos operacionais.

Consequentemente, pretendeu-se a planificação da estrutura operacional, humana, financeira e comercial da sociedade incorporante, com base na experiência acumulada de atuação de ambas as empresas, mas sobretudo da “Farmácia Irmã Maria Droste, Unipessoal, Lda”.

Finalmente, a operação de fusão considerada não se apresentava como potenciadora de gerar uma situação de monopólio ou oligopólio. De facto, a incorporação por fusão da “Farmácia Irmã Maria Droste, Unipessoal, Lda” na “Boa Saúde, Lda”, visou sobretudo melhorar e potenciar a atuação da gestão face a um mercado cada vez mais concorrencial, tornando-se assim imperativo que se apostasse na consolidação da sua posição junto dos seus clientes, permitindo-se a expansão das suas atividades em Portugal.

Com efeito, o ato de concentração projetado não teve qualquer impacto em matéria de restrição da concorrência dado que a fatia de mercado detida pelo universo das empresas envolvidas ser insignificante e em nada prejudicou a existência de um grau de concorrência no mercado.

Acrescente-se que, o objetivo primordial desta fusão era, essencialmente, de natureza operativa através do incremento da eficiência da produção e comercialização, isto é, para cada nível de produção de uma redução nos seus custos resultando desta forma um aumento da rentabilidade e em correspondência a geração de meios monetários que permitissem o equilíbrio financeiro.

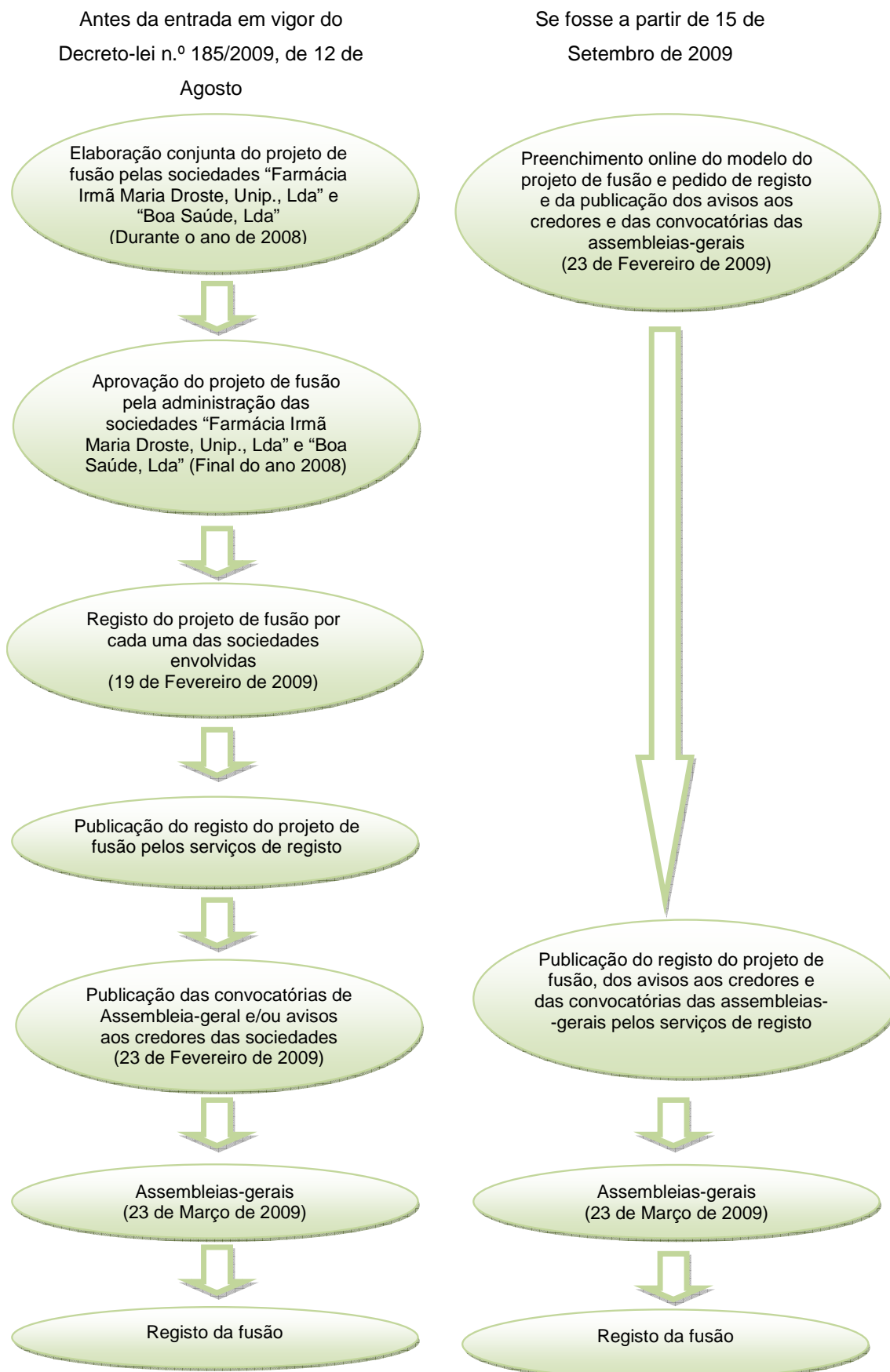
Com esta fusão verificou-se assim o reforço da competitividade e a melhoria da capacidade de produção das empresas envolvidas, com o correspondente aperfeiçoamento da qualidade dos seus bens e serviços.

3.4. O processo de fusão

O processo de fusão das sociedades “Farmácia Irmã Maria Droste, Unipessoal, Lda” e “Boa Saúde, Lda” deu-se no final de 2008. Os passos seguidos no decorrer do processo de fusão foram os descritos no ponto 1.4 deste trabalho, e que se podem consultar, conforme referido, no site do Instituto dos Registos e do Notariado, mais concretamente no “manual e minutas de atos sujeitos a registo comercial”, tal como foi destacado.

Foi igualmente referido nesse mesmo ponto, que o Decreto-lei n.º 185/2009, de 12 de Agosto, que aprovou diversas medidas de simplificação do regime de fusões e cisões, tendo em vista a simplificação e celeridade destas operações, destacando-se a possibilidade destes processos poderem ser concluídos no prazo de um mês, mas que não afetou o processo de fusão em questão, pois este ainda de processou à luz da disposição anterior.

A diminuição do tempo no processamento e conclusão do processo de fusão conseguida com a entrada em vigor do diploma mencionado, explica-se com a possibilidade de praticar em simultâneo, num único momento, os três atos preliminares à fusão ou cisão: o registo do projeto de fusão; a publicação do aviso aos credores; e a publicação da convocatória da assembleia geral das sociedades, apresentando, de seguida, um esquema que pretende evidenciar esta simplificação, tendo por referência as sociedades envolvidas no processo de fusão conforme se demonstra a seguir:



ESQUEMA 6: Diafragma comparativo do processo de fusão antes e depois da entrada em vigor do DL 185/2009
Fonte: Instituto do Registo e do Notariado

3.4.1. *Motivos e objetivos do aumento de capital social e transformação de sociedade*

Cumulativamente ao processo de fusão, a sociedade “Boa Saúde, Lda” procedeu a um aumento de capital por entrada de novos sócios e transformou a sociedade por quotas em sociedade anónima.

Os motivos e objetivos a seguir expostos correspondem ao relatório justificativo da transformação da sociedade nos termos do artigo 132º do Código das Sociedades Comerciais⁴².

A sociedade “Boa Saúde, Lda” foi fundada sob a forma de sociedade por quotas, tendo à data o capital social de € 150 000,00 detido por três sócios.

O desenvolvimento da dinâmica desta sociedade, face às alterações evidenciadas no setor da saúde, exigiu a reestruturação juridico-societária, com a sua transformação em sociedade anónima.

Essencialmente, no plano economico-financeiro, pretendeu-se pela via da fusão e transformação da sociedade “Boa Saúde, Lda” em sociedade anónima dotar esta sociedade de instrumentos mais eficazes para a realização de investimentos e correlativos financiamentos, ao nível dos ativos imobilizados e em necessidades em fundo de maneio, potenciando o seu desenvolvimento e sustentabilidade.

Há que salientar ainda que a transformação da sociedade “Boa Saúde, Lda” em sociedade anónima, veio dotar a empresa de órgãos sociais mais adequados à sua dimensão, facto que lhe permitiu, e permite, enfrentar com mais segurança os desafios do dia-a-dia.

A fim de reunir as condições de transformação em sociedade anónima previstas no artigo 273º do Código das Sociedades Comerciais⁴³, foram admitidos dois novos sócios, a acrescer ao três existentes, com uma quota de valor nominal de € 500,00 cada, a subscrever e realizar em dinheiro.

Não se verificaram quaisquer impedimentos à transformação, em cumprimento do previsto no artigo 131º do Código das Sociedades Comerciais, sendo apenas de referir que em resultado na fusão o balanço da sociedade incorporante – e a transformar –

⁴² << Artigo 132º Relatório e convocação: 1 – A administração da sociedade organiza um relatório justificativo da transformação, o qual é acompanhado: alínea a) Do balanço do último exercício, desde que tenha sido encerrado nos seis meses anteriores à data da deliberação de transformação ou de um balanço reportado a uma data que não anteceda o 1º dia do 3º mês anterior à data da deliberação de transformação; alínea b) Do projeto do contrato pelo qual a sociedade passará a reger-se.>> retirado literalmente do Código das Sociedades Comerciais

⁴³ << Artigo 273º Número de Accionistas: 1 – A sociedade anónima não pode ser constituída por um número de sócios inferior a cinco, salvo quando a lei o dispense.>> retirado literalmente do Código das Sociedades Comerciais

passará a evidenciar que o valor do seu património é superior à soma do capital e reservas legais (conforme estipula a alínea b) do n.º 1 desse mesmo artigo).

3.4.2. Informação contabilística e considerações pré-fusão

Apresentam-se os dados iniciais da sociedade incorporante:

Sociedade “Boa Saúde, Lda”

Capital Social € 150 000,00 (cento e cinquenta mil Euros) dividido em três quotas, com a seguinte distribuição:

Hugo Baltazar	€ 7 500,00
José Cunha	€ 42 750,00
Luís Mota	€ 99 750,00

Objeto Social: Comércio de medicamentos não sujeitos a receita médica

E os dados iniciais da sociedade incorporada:

Sociedade “Farmácia Irmã Maria Droste, Unipessoal, Lda”

Capital Social € 5 000,00 (cinco mil Euros) dividido numa quota única:

Sociedade “Boa Saúde, Lda”	€ 5 000,00
----------------------------	------------

Objecto Social: Atividade de farmácia

3.4.2.1. Balanço individual da sociedade incorporante

Boa Saúde, Lda

Balanço Individual da sociedade antes da fusão

(Valores expressos em Euros)

ATIVO	
Ativo não corrente	
Ativos fixos tangíveis	- €
Propriedades de investimento	20.493,91 €
Ativos intangíveis	- €
Investimentos financeiros	1.612.953,00 €
Acionistas/sócios	- €
<i>Total do Activo não corrente</i>	<u>1.633.446,91 €</u>
Ativo Corrente	
Inventários	81.141,74 €
Clientes	97.056,60 €
Adiantamentos a fornecedores	- €
Estados e outros entes públicos	53.131,29 €
Acionistas/sócios	- €
Outras contas a receber	- €
Diferimentos	- €
Outros ativos financeiros	- €
Caixa e depósitos bancários	3.021,30 €
<i>Total do Ativo corrente</i>	<u>234.350,93 €</u>
Total do ativo	<u>1.867.797,84 €</u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	
Capital próprio	
Capital realizado	150.000,00 €
Ações (quotas) próprias	- €
Outros instrumentos de capital próprio	- €
Prémios de emissão	- €
Reservas legais	- €
Outras reservas	- €
Resultados transitados	- 91.014,58 €
Excedentes de revalorização	- €
Outras variações no capital próprio	- €
	<u>58.985,42 €</u>
Resultado líquido do período	48.966,62 €
<i>Total do capital próprio</i>	<u>107.952,04 €</u>
Passivo	
Passivo não corrente	
Provisões	- €
Financiamentos obtidos	- €
Outras contas a pagar	- €
<i>Total do Passivo não corrente</i>	<u>- €</u>
Passivo corrente	
Fornecedores	12.256,35 €
Adiantamentos de clientes	- €
Estado e outros entes públicos	- €
Acionistas/sócios	166.034,99 €
Financiamentos obtidos	1.571.909,71 €
Diferimentos	- €
Outras contas a pagar	9.644,75 €
Outros passivos financeiros	- €
<i>Total do Passivo corrente</i>	<u>1.759.845,80 €</u>
<i>Total do passivo</i>	<u>1.759.845,80 €</u>
Total do capital próprio e do passivo	<u>1.867.797,84 €</u>

3.4.2.2. Balanço individual da sociedade incorporada

Farmácia Irmã Maria Droste, Unipessoal, Lda

Balanço Individual da sociedade antes da fusão

(Valores expressos em Euros)

ATIVO	
Ativo não corrente	
Ativos fixos tangíveis	361.834,99 €
Propriedades de investimento	1.500.000,00 €
Ativos intangíveis	- €
Investimentos financeiros	- €
Acionistas/sócios	- €
<i>Total do Ativo não corrente</i>	<u>1.861.834,99 €</u>
Ativo Corrente	
Inventários	55.778,85 €
Clientes	34.705,08 €
Adiantamentos a fornecedores	- €
Estados e outros entes públicos	5.159,13 €
Acionistas/sócios	- €
Outras contas a receber	38.593,09 €
Diferimentos	- €
Outros ativos financeiros	2.746,99 €
Caixa e depósitos bancários	128.272,78 €
<i>Total do Ativo corrente</i>	<u>265.255,92 €</u>
Total do ativo	<u>2.127.090,91 €</u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	
Capital próprio	
Capital realizado	5.000,00 €
Ações (quotas) próprias	- €
Outros instrumentos de capital próprio	- €
Prémios de emissão	- €
Reservas legais	2.193,60 €
Outras reservas	13.644,34 €
Resultados transitados	52.469,62 €
Excedentes de revalorização	1.500.000,00 €
Outras variações no capital próprio	- €
	<u>1.573.307,56 €</u>
Resultado líquido do período	- 61.305,44 €
<i>Total do capital próprio</i>	<u>1.512.002,12 €</u>
Passivo	
Passivo não corrente	
Provisões	- €
Financiamentos obtidos	- €
Outras contas a pagar	162.227,57 €
<i>Total do Passivo não corrente</i>	<u>162.227,57 €</u>
Passivo corrente	
Fornecedores	172.412,35 €
Adiantamentos de clientes	- €
Estado e outros entes públicos	5.155,58 €
Acionistas/sócios	191.556,60 €
Financiamentos obtidos	- €
Diferimentos	15.559,66 €
Outras contas a pagar	68.177,03 €
Outros passivos financeiros	- €
<i>Total do Passivo corrente</i>	<u>452.861,22 €</u>
<i>Total do passivo</i>	<u>615.088,79 €</u>
Total do capital próprio e do passivo	<u>2.127.090,91 €</u>

3.4.2.3. *Participações sociais entre as sociedades envolvidas*

A sociedade incorporante (“Boa Saúde, Lda”) detém uma participação social (quota) de € 5 000,00 no capital da sociedade incorporada (“Farmácia Irmã Maria Droste, Unipessoal, Lda”), cujo capital social é de € 5 000,00, ou seja, é a única titular do capital social.

3.4.2.4. *Notas aos balanços pré-fusão apresentados*

Nos balanços acima apresentados estão inscritos os valores dos elementos do ativo e do passivo efetivamente existentes, considerando-se assim indicados, como preceitua a alínea d) do n.º 1 do artigo 98º do Código das Sociedades Comerciais⁴⁴, os valores que vão ser transferidos para a sociedade incorporante.

Com efeito, todos os bens da sociedade sujeita a fusão serão transmitidos ao respetivo valor líquido contabilístico, sendo portanto neutro o impacto da fusão ao nível do apuramento do resultado do exercício.

Anexo ao projeto de fusão terá de ser entregue a enumeração completa dos bens a transmitir da sociedade incorporada para a sociedade incorporante e os valores que lhe são atribuídos. Relativamente aos bens sujeitos a registo e/ou cedência de posição contratual, há que enumerá-los e detalhá-los para posterior alteração aos contratos.

3.4.2.5. *Quotas a atribuir aos sócios e relações de troca das participações*

Como a sociedade que se irá fundir é detida 100% (cem por cento) pela sociedade “Boa Saúde, Lda”, não há lugar à atribuição de quota ao sócio da sociedade a incorporar, pelo que, pela via da fusão não se verifica qualquer alteração ao capital social da sociedade incorporante.

Nestes termos, não se verifica a aplicabilidade da especificação da relação de troca das participações sociais.

⁴⁴ << Artigo 98º - Projecto de fusão: 1 – As administrações das sociedades que pretendam fundir-se elaboram, em conjunto, um projeto de fusão donde constem, além de outros elementos necessários ou convenientes para o perfeito conhecimento da operação visada, tanto no aspecto jurídico, como no aspecto económico, os seguintes elementos: alínea d) O balanço de cada uma das sociedades intervenientes, donde conste designadamente os valores dos elementos do ativo e do passivo a transferir para a sociedade incorporante ou para a nova sociedade.>> retirado literalmente do Código das Sociedades Comerciais

O exemplo de fusão aqui apresentado é muito simples, que se ajusta objetivamente ao tema deste trabalho. De facto, apesar das relações de troca ser um tema interessante, não é de todo importante para o desenvolvimento deste trabalho.

3.4.2.6. *Critérios de avaliação a adotar*

Conforme referido atrás, não há que estabelecer relações de trocas representativas do capital social da sociedade a incorporar no capital da sociedade incorporante.

Para além disso, aquando da elaboração do projeto de fusão, considerou-se adequados os critérios de valorimetria que as sociedades tinham vindo a adotar tanto no processo de fusão como na elaboração das suas contabilidades e demonstrações financeiras, pelo que se entendeu que os elementos ativos e passivos constituintes da sociedade a incorporar deveriam ser transmitidos para o património da sociedade incorporante, e mensurados na sua contabilidade, pelos valores líquidos contabilísticos.

3.4.2.7. *Proteção dos direitos dos credores*

Os direitos dos credores das sociedades intervenientes na fusão em nada são afetados por esta operação, dado que o património das sociedades se mantém intacto. Por esse motivo, não há necessidade de prever nenhuma modalidade especial de proteção dos credores.

No projeto de fusão elaborado pelas sociedades a fundir-se, as mesmas declaram que “todas as garantias especiais contratadas com terceiros não sofrem qualquer alteração assumindo a sociedade resultante da fusão todas as posições ativas e passivas nos contratos existentes”.

3.4.2.8. Data a partir da qual as operações da sociedade incorporada são consideradas, do ponto de vista contabilístico e fiscal, como efectuadas por conta da sociedade incorporante

O projeto de fusão foi elaborado com base nos elementos contabilísticos à data de 31 de Dezembro de 2008.

A data a partir da qual as operações da sociedade incorporada são consideradas, do ponto de vista contabilístico e fiscal, como efetuadas por conta da sociedade incorporante é 1 de Janeiro de 2009.

Na prática, o desenvolvimento dos acontecimentos não é tão célere, pelos passos que se têm que dar de acordo com o esquema 6 exibido anteriormente.

A publicação do projeto de fusão, que é o mesmo que dizer o registo na Conservatória do Registo Comercial do projeto de fusão, deu-se em 19 de Fevereiro de 2009.

A convocatória de assembleia geral e aviso aos credores foi emitida e publicada (na Conservatória do Registo Comercial) em 23 de Fevereiro de 2009.

A assembleia geral deu-se um mês depois, a 23 de Março de 2009, conforme as actas de fusão elaboradas pelas empresas envolvidas do processo.

Os lançamentos/mensuração da fusão na contabilidade deu-se apenas em 1 de Junho de 2009, e por esse motivo optou-se por usar os balanços apresentados no projeto de fusão para a boa perceção deste trabalho. Efetivamente, as empresas continuaram a laborar com o mesmo tratamento contabilístico que tinham até à proposta de fusão. Só quando o projeto de fusão passou a ser definitivo, é que se registou a fusão, e nesta altura já as empresas apresentavam balanços com valores diferentes.

3.4.2.9. Atribuição da posição contratual da sociedade incorporada, decorrente dos contratos de trabalho celebrados com os seus trabalhadores e terceiros

Foi efetuada a transmissão dos contratos de trabalho, celebrados no âmbito da sociedade incorporada, para o âmbito da sociedade incorporante, mantendo-se todos os trabalhadores da sociedade fusionada ao serviço da sociedade incorporante, com todos os direitos sociais salvaguardados inclusive os direitos de antiguidade e outros formados ao serviço da sociedade fusionada.

3.4.2.10. *Consulta de documentos*

Nos termos do artigo 101º do Código das Sociedades Comerciais⁴⁵, os sócios e credores das sociedades participantes na fusão, a partir da publicação do aviso relativo ao registo do projeto de fusão nas Conservatórias do Registo Comercial competentes, poderão consultar todos os documentos inerentes ao projeto de fusão, bem como obter cópia integral desses documentos sem quaisquer custos.

No caso em apreço não houve lugar a fiscalização, uma vez que nenhuma das sociedades intervenientes tinha órgão de fiscalização. Mais se refere que nos termos do n.º 6 do artigo 99º conjugado com o n.º 3 do artigo 132º, ambos do Código das Sociedades Comerciais⁴⁶, o exame do projeto de fusão, aumento do capital social por entrada de novos sócios e transformação em sociedade anónima por revisor oficial de contas foi dispensado por acordo de todos os sócios de cada uma das sociedades participantes.

3.4.2.11. *Balanço da Sociedade Boa Saúde, S. A.*

De seguida apresenta-se o balanço individual da empresa “Boa Saúde, S. A.”, após o processo de alteração e de fusão, e com demonstração da incorporação da sociedade Farmácia Irmã Maria Droste, Unipessoal, Lda).

⁴⁵ << Artigo 101º - Consulta de documentos: A partir da publicação da convocatória, da comunicação aos sócios ou do aviso aos credores exigidos pelo artigo anterior, os sócios e credores de qualquer das sociedades participantes na fusão têm o direito de consultar, na sede de cada uma delas, os seguintes documentos e obter, sem encargos, cópia integral destes: a) Projecto de fusão; b) Relatório e pareceres elaborados por órgãos da sociedade e por peritos; c) Contas, relatórios os órgãos da administração, relatórios e pareceres dos órgãos de fiscalização e deliberações de assembleias gerais sobre essas contas, relativamente aos três últimos exercícios.

⁴⁶ << Artigo 99º - Fiscalização do projecto: n.º 6 – O exame do projecto [...] pode ser dispensado por acordo de todos os sócios de cada uma das sociedades que participaram na fusão.>>; << Artigo 132º - Relatório e convocação: n.º 3 - Aplica-se [...] o disposto no artigo 99º e 101º, devendo os documentos estar à disposição dos sócios a partir da data da convocatória da assembleia geral.>>

	Boa Saúde, Lda	Farmácia Irmã Maria Droste, Unip, Lda	Boa Saúde, S. A. (Após Fusão)
(Valores expressos em Euros)			
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	- €	361.834,99 €	361.834,99 €
Goodwill	- €	- €	108.953,00 €
Propriedades de investimento	20.493,91 €	1.500.000,00 €	1.520.493,91 €
Ativos intangíveis	- €	- €	- €
Investimentos financeiros	1.612.953,00 €	- €	- €
Acionistas/sócios	- €	- €	- €
Total do Ativo não corrente	1.633.446,91 €	1.861.834,99 €	1.991.281,90 €
Ativo Corrente			
Inventários	81.141,74 €	55.778,85 €	136.920,59 €
Clientes	97.056,60 €	34.705,08 €	131.761,68 €
Adiantamentos a fornecedores	- €	- €	- €
Estados e outros entes públicos	53.131,29 €	5.159,13 €	58.290,42 €
Acionistas/sócios	- €	- €	- €
Outras contas a receber	- €	38.593,09 €	38.593,09 €
Diferimentos	- €	- €	- €
Outros ativos financeiros	- €	2.746,99 €	2.746,99 €
Caixa e depósitos bancários	3.021,30 €	128.272,78 €	131.294,08 €
Total do Ativo corrente	234.350,93 €	265.255,92 €	499.606,85 €
Total do ativo	1.867.797,84 €	2.127.090,91 €	2.490.888,75 €
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	150.000,00 €	5.000,00 €	151.000,00 €
Ações (quotas) próprias	- €	- €	- €
Outros instrumentos de capital próprio	- €	- €	- €
Prémios de emissão	- €	- €	- €
Reservas legais	- €	2.193,60 €	2.193,60 €
Outras reservas	- €	13.644,34 €	13.644,34 €
Resultados transitados	- 91.014,58 €	52.469,62 €	- 38.544,96 €
Excedentes de revalorização	- €	1.500.000,00 €	- €
Outras variações no capital próprio	- €	- €	- €
	58.985,42 €	1.573.307,56 €	128.292,98 €
Resultado líquido do período	48.966,62 €	- 61.305,44 €	- 12.338,82 €
Total do capital próprio	107.952,04 €	1.512.002,12 €	115.954,16 €
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	- €	- €	- €
Financiamentos obtidos	- €	- €	- €
Outras contas a pagar	- €	162.227,57 €	162.227,57 €
Total do Passivo não corrente	- €	162.227,57 €	162.227,57 €
Passivo corrente			
Fornecedores	12.256,35 €	172.412,35 €	184.668,70 €
Adiantamentos de clientes	- €	- €	- €
Estado e outros entes públicos	- €	5.155,58 €	5.155,58 €
Acionistas/sócios	166.034,99 €	191.556,60 €	357.591,59 €
Financiamentos obtidos	1.571.909,71 €	- €	1.571.909,71 €
Diferimentos	- €	15.559,66 €	15.559,66 €
Outras contas a pagar	9.644,75 €	68.177,03 €	77.821,78 €
Outros passivos financeiros	- €	- €	- €
Total do Passivo corrente	1.759.845,80 €	452.861,22 €	2.212.707,02 €
Total do passivo	1.759.845,80 €	615.088,79 €	2.374.934,59 €
Total do capital próprio e do passivo	1.867.797,84 €	2.127.090,91 €	2.490.888,75 €

3.4.2.12. Considerações finais quanto ao estudo de caso

A decisão de reestruturação/fusão foi estudada e ponderada muito antes da tomada de decisão. De facto, um investimento desta envergadura é arriscado e por isso quando a empresa “Boa Saúde, Lda” constatou que a falta de alvará de farmácia era um ponto (muito) fraco e que punha termo à sua intenção de crescimento, evolução e investimento, decidiu procurar alternativas.

As relações comerciais entre as duas empresas eram frequentes e de somas elevadas. A empresa “Farmácia Irmã Maria Droste, Unipessoal, Lda”, já sénior no mercado, mostrava-se estagnada e a fazer alguma resistência em inovar e aperfeiçoar os meios disponíveis para fazer face à nova legislação da venda de medicamentos e prestação de serviços na área da saúde.

A compra da quota única da “Farmácia Irmã Maria Droste, Unipessoal, Lda” pela empresa “Boa Saúde, Lda” foi o primeiro passo do plano de investimento - corporate planning⁴⁷ - elaborado pela gerência da empresa “Boa Saúde, Lda”. A escritura da cessão de quota deu-se em Março de 2008.

A partir deste ponto começou-se a preparar os balanços para o processo de fusão. Assim, o alvará de farmácia da empresa “Farmácia Irmã Maria Droste, Unipessoal, Lda” foi avaliado em € 1.500.000,00 e mensurado na contabilidade em conformidade com o POC e a DC 16.

As demonstrações financeiras devem proporcionar informação acerca da posição financeira, das alterações desta e dos resultados das operações, para que sejam úteis aos investidores, a credores e a outros utentes, a fim de investirem racionalmente, concederem crédito e tomarem outras decisões (Guimarães, 1997). Assim, a mensuração do alvará de farmácia veio trazer uma “imagem verdadeira e apropriada” das suas demonstrações financeiras.

Numa operação de concentração de atividades empresariais, em que existem relações entre as duas entidades, nomeadamente relações comerciais, deverão considerar-se dois procedimentos: um relativo à concentração de atividade empresarial propriamente dita, através da fusão por incorporação, e outro pelo acordo de compensação de

⁴⁷ O *corporate planning* é um plano de planificação e programação de longo prazo que uma empresa adota e que tem várias fases, segundo o autor Jean Paul Couvereur (Couvereur, 1998). Esse plano começa por definir objetivos e selecionar a estratégia a pôr em prática. Depois é necessário achar a melhor estrutura de recursos (capital social e capital alheio) para aplicar essas estratégias – Fase ao qual o referido autor chama de *programming*. A terceira e última fase do *corporate planning* é a execução e controle do plano estratégico adotado.

saldos de balanço entre as duas sociedades. No presente estudo não se evidenciou tal situação, apesar de existir saldos entre ambas as empresas, pelo facto da forma de apresentação dos balanços e do objetivo do estudo em questão tornar essa informação irrelevante.

Quanto aos objetivos inicialmente traçados pelas duas empresas, não se pode concluir através das peças contabilísticas apresentadas, mas segundo entrevista com o administrador da empresa “Boa Saúde, S. A.” conseguiram fortalecer a sua quota e posição no mercado e dinamizar o negócio. A empresa iniciou um investimento arrojado e continua, três anos após a fusão, a evoluir e obter ganhos que, segundo o mesmo entrevistado, não conseguiriam se não tivessem mudado de estratégia e optado pela fusão.

3.4.2.13. Obrigações declarativas

Com o registo comercial da fusão, a sociedade incorporada será considerada extinta, conforme previsto no artigo 112º do CSC⁴⁸. Sendo assim, se considera cessada para efeitos de IRC conforme previsto na alínea a) do n.º 5 do artigo 8º do CIRC⁴⁹.

A sociedade incorporada deverá apresentar a declaração de cessação de atividade no prazo de 30 dias a contar da data da cessação de atividade, que será a data do registo da fusão na Conservatória do Registo Comercial, conforme o n.º 6 do artigo 118º do CIRC⁵⁰. Apesar do Decreto-lei n.º 122/2009, de 21 de Maio, ter vindo simplificar as comunicações dos cidadãos e das empresas ao Estado, e a conservatória proceder à comunicação oficiosamente à administração central e à Segurança Social, continua a existir a obrigação de entregar a declaração de cessação de atividade nos termos do CIRC.

Para além da declaração de cessação de atividade, a sociedade incorporada tem 30 dias para proceder ao envio da declaração modelo 22 e da IES, declarando os

⁴⁸ << Artigo 112º - Efeitos do registo: Com a inscrição da fusão no registo comercial: a) Extinguem-se as sociedades incorporadas ou, no caso de constituição de nova sociedade, todas as sociedades fundidas, transmitindo-se os seus direitos e obrigações para a sociedade incorporante ou para a nova sociedade; b) Os sócios das sociedades extintas tornam-se sócios da sociedade incorporante ou da nova sociedade. >> retirado literalmente do Código das Sociedades Comerciais

⁴⁹ << Artigo 8º - Período de tributação: 5 — Para efeitos deste Código, a cessação da atividade ocorre: a) Relativamente às entidades com sede ou direção efetiva em território português, na data do encerramento da liquidação, ou na data da fusão ou cisão,...>> retirado literalmente do Código do IRC

⁵⁰ << Artigo 118º - Declaração de inscrição, de alterações ou de cessação: 6 — Os sujeitos passivos de IRC devem apresentar a declaração de cessação no prazo de 30 dias a contar da data da cessação da atividade...>> retirado literalmente do Código do IRC

factos e operações contabilísticas desde o início desse exercício económico até à data indicada do projeto de fusão.

No caso apresentado acima, a fusão entre as empresas “Boa Saúde, Lda” e “Farmácia Irmã Maria Droste, Unipessoal, Lda”, deu-se em 1 de Janeiro de 2009. A partir desta data as operações da sociedade incorporada são consideradas, do ponto de vista contabilístico, como efetuadas por conta da sociedade incorporante. Ora, entre a data fixada no projeto de fusão e a data do registo definitivo da fusão, cada uma das sociedades mantém o registo das operações individualmente, porque a fusão só adquire eficácia com o seu registo definitivo. Apesar de todos os registos serem objeto de registo e tributação em IRC na esfera da sociedade incorporante.

O projeto de fusão, preparado com base nos balancetes das sociedade à data de 31 de Dezembro de 2008, foi registado junta da Conservatória do Registo Comercial em 20 de Fevereiro de 2009, e o seu registo definitivo deu-se em 20 de Maio de 2009. Assim, a sociedade “Farmácia Irmã Maria Droste, Unipessoal, Lda” entrou a declaração modelo 22 dentro do prazo legal “normal”, até 31 de Maio de 2009, conforme disposto no n.º 1 do artigo 120º do CIRC. Quanto à IES teve de entregar até 20 de Junho de 2009, 30 dias após o registo definitivo da fusão, data da cessão da actividade da empresa incorporada.

Conclusões

Enunciam-se, a seguir, as conclusões retiradas do trabalho elaborado:

1. A reorganização de sociedades tem sido um instrumento de administração de atividades empresariais. Perante a evolução dos mercados, do surgimento de novas tecnologias, de mudanças políticas e alterações das leis tributárias, das crises económicas, entre outros, que afetam direta ou indiretamente a posição de mercado da empresa, reorganizar acaba por ser uma ferramenta estratégica imprescindível na tomada de decisões.
2. Reorganizar é tornar a organizar, é reestruturar. Portanto, é essencial conhecer o ambiente interno e a envolvente externa à empresa para que se possa fazer um diagnóstico atual e real da situação que a mesma se encontra. Identificadas e discutidas as questões de maior relevância, traça-se a melhor estratégia para encontrar, cumulativamente ou não, a redução da concorrência, o fortalecimento da empresa, a diversificação de atividades, o aumento de capacidade operacional, a redução de custos, entre outros, de modo a assegurar a continuidade, produtividade e outras vantagens competitivas.
3. Diante da necessidade e/ou oportunidade de mudança, a cisão, incorporação ou fusão, ou outra forma de concentração de empresas, podem ser a ferramenta ideal para que a sociedade proceda a uma reestruturação, possibilitando-lhe a continuidade da sua atividade, bem como mudar, expandir ou suprimir negócios.
4. A fusão apresentada através do estudo de caso analisado, trouxe benefícios para as empresas envolvidas nesse processo. Após a fusão, a empresa incorporante fortaleceu a sua posição no mercado e conseguiu dinamizar o seu negócio através de abertura de novos postos de venda, oferecendo mais variedade de produtos, incluindo a produção de compostos químicos. Não o teria conseguido se não optasse pelo processo de fusão.
5. O objectivo principal do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 é assegurar o funcionamento eficiente do mercado de capitais da União Europeia, através de um processo de harmonização contabilística com vista a alcançar um elevado grau de transparência e comparabilidade na informação financeira prestada pelas empresas.
6. Em Portugal, com a publicação do Decreto-lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, que aprovou o normativo SNC, substituiu-se o POC e demais legislação complementar

pelo novo regime, tendo em vista a harmonização contabilística da União Europeia.

7. O modelo “Simplex” no que concerne ao registo de fusão de sociedades, veio através do Decreto-lei n.º 185/2009, de 12 de Agosto, aprovar medidas de simplificação e celeridade destas operações. Este diploma, não trouxe alterações aos benefícios fiscais mencionados no final do ponto “2.3. Aspectos fiscais”, vindo apenas contribuir para uma diminuição do prazo de decisão e consumação do processo.
8. Finalmente, e no que diz respeito concretamente à contabilização da concentração de atividades empresariais, constata-se diferenças pouco relevantes quando se compara o normativo POC/DC 1 com o normativo SNC/NCRF 14.
9. O tratamento contabilístico de um processo de fusão, na prática, tem o mesmo tratamento nos dois normativos. Destaca-se apenas a seguinte diferença (conforme esquema 3 apresentado): no âmbito do POC, o *goodwill* apurado seria amortizado a taxas constantes durante 5 anos; no âmbito do SNC, o *goodwill* apurado estava sujeito a testes anuais de imparidade.
10. Quanto ao estudo de caso apresentado, à exceção da estrutura dos balanços apresentados, o tratamento contabilístico teria sido o mesmo se se aplicasse o normativo agora em vigor: o SNC.

Bibliografia

- Almeida, A. P. (2006). *Sociedades comerciais, 4ª Edição*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Almeida, A. P. (2008). *Sociedades comerciais e valores mobiliários, 5ª Edição*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Antunes, J. A. (2002). *Os grupos de sociedades, Estrutura e organização jurídica da empresa plurissocietária*. Coimbra: Almedina.
- Barata, A. S. (2002). *Concentração de Empresas e Consolidação de Contas*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Bento, J., & Machado, J. F. (2007). *Plano oficial de contas explicado*. Porto: Porto Editora.
- Brandão, E. (2003). *Finanças*. Porto: Porto Editora.
- Canotilho, J. J., & Moreira, V. (2007). *Constituição da república portuguesa anotada, Vol. I - 4ª Edição*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Carreira, M. (1992). *Concentração de Empresas e Grupos de Sociedades*. Porto: Edições ASA.
- Couvreux, J. P. (1998). *Os investimentos na empresa (Título original: La décision d'investir et la politique de l'entreprise)*. Paris: Entreprise Modern D'Édition.
- Cunha, C. (2005). *O Controlo das concentrações de empresas (Direito Comunitário e Direito Português)*. Coimbra: Almedina.
- Cunha, M. M.-H. (1998). *Da restrição da concorrência da Comunidade Europeia: A franquia de distribuição*. Coimbra: Almedina.
- Cunha, P. O. (2006). *Direito das sociedades comerciais, 2ª Edição*. Coimbra: Edições Almedina.
- Ferreira, D. (2002). *Fusões, aquisições e reestruturações de empresas - Vol. I*. Lisboa: Edições Sílabo, Lda.
- Guimarães, J. F. (1997). *Contabilidade. Fiscalidade. Auditoria. Breves Reflexões*. Braga: AC Litografia.
- Mateus, A., & Mateus, M. (2002). *Microeconomia. Teoria e aplicações. Vol.II*. Lisboa: Editorial Verbo.

- Pais, S. O. (1996). *O controlo das concentrações de empresas no direito comunitário da concorrência*. Coimbra: Almedina.
- Pinheiro, L. L. (1998). *Joint Venture. Contrato de empreendimento comum em direito internacional privado*. Lisboa: Edições Cosmos.
- Porter, M. (1986). *Estratégia competitiva*. Campos Editora.
- Rodrigues, A. M. (2006). *O goodwill nas contas consolidadas*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Rodrigues, A. M. (2010). *SNC Sistema de Normalização Contabilística*. Coimbra: Almedina.
- Santos, A. C., Gonçalves, M. E., & Marques, M. M. (2008). *Direito económico (5ª Edição)*. Coimbra: Almedina.
- Srour, R. H. (2003). *Ética empresarial: a gestão da reputação*. Rio de Janeiro: Campus Editora.
- Vasconcelos, P. A. (1999). *O contrato de consórcio*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Vaz, M. A. (1998). *Direito económico: a ordem económica portuguesa*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Ventura, R. (1999). *Fusão, cisão, transformação de sociedades*. Coimbra: Almedina.

Revistas

- Montiel, M. e Lamas, F. (2007), *Normativo contabilístico internacional e o goodwill nas concentrações de actividades empresariais*, Revista TOC, **87**: 32-39.
- Fonseca, J. (2010), *Normalização contabilística: o método orwelliano modificado de reescrever o pensamento contabilístico*, Revista TOC, **121**: 51-54.
- Guimarães, J. (2010), *História da normalização contabilística em Portugal*, Revista TOC, **127**: 34-48.
- Lopes, C. (2010), *Equivalência patrimonial (equity) vs. Consolidação de balanços e demonstração de resultados*, Revista TOC, **128**: 34-46.

Consultório Técnico, Resposta de Março de 2011, *Fusão*, Revista TOC, 137:72-74

Sítios visitados

Abuso de posição dominante na União Europeia
(http://ec.europa.eu/competition/consumers/abuse_pt.html), consultado em 06/02/2012

Legislação

Regulamento (CE) n.º 1606/2002, de 19 de Julho, do Parlamento Europeu e do Conselho, relativo à aplicação da normas internacionais de contabilidade.

Regulamento (CE) n.º 1126/2008, de 3 de Novembro, da Comissão, que adopta determinadas normas internacionais de contabilidade nos termos do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho

Regulamento (CE) n.º 495/2009, de 3 de Junho, da Comissão, que altera o Regulamento (CE) n.º 1126/2008, que adopta certas normas internacionais de contabilidade nos termos do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, no que diz respeito à norma internacional de relato financeiro IFRS 3.

Decreto-lei n.º 122/2009, de 21 de Maio, Diário da República n.º 98 – Série I, Ministério da Justiça, «Simplifica as comunicações dos cidadãos e das empresas ao Estado».

Decreto-lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, *Diário da República* n.º 133 – Série I, Ministério das Finanças e da Administração Pública, «Aprova o Sistema de Normalização Contabilística e revoga o Plano Oficial de Contabilidade».

Decreto-lei n.º 185/2009, de 12 de Agosto, *Diário da República* n.º 155 – Série I, Ministério das Finanças e da Administração Pública, «Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2006/46/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de Junho».

Código do Imposto sobre os Rendimentos das pessoas Colectivas, aprovado pelo Decreto-lei n.º 442-A/88, de 30 de Novembro, *Diário da República* n.º 277, 2º suplemento – Série I, Ministério das Finanças.

Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-lei n.º 215/89, de 1 de Julho, *Diário da República* n.º 149 – Série I, Ministério das Finanças.

Código das Sociedades Comerciais, aprovado pelo Decreto-lei n.º 262/86, de 2 de Setembro, *Diário da República* n.º 201 – Série I, Ministério da Justiça.

Constituição da República Portuguesa, aprovada pela Lei Constitucional n.º 1/2005, de 12 de Agosto (Sétima revisão constitucional), *Diário da República* n.º 155 – Série I-A, Assembleia da República.